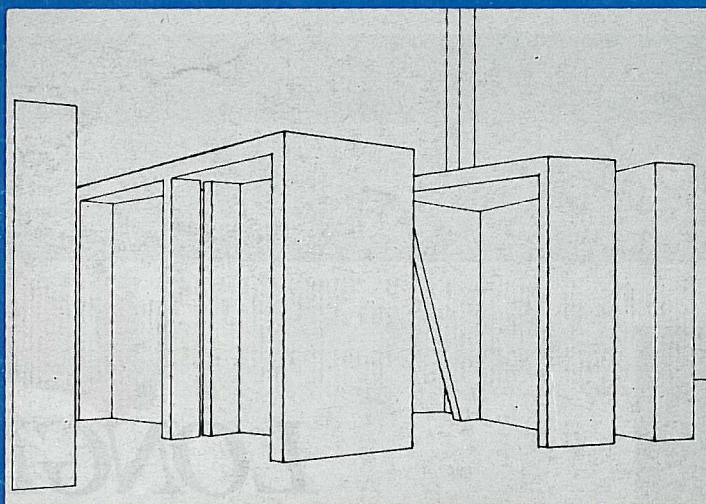
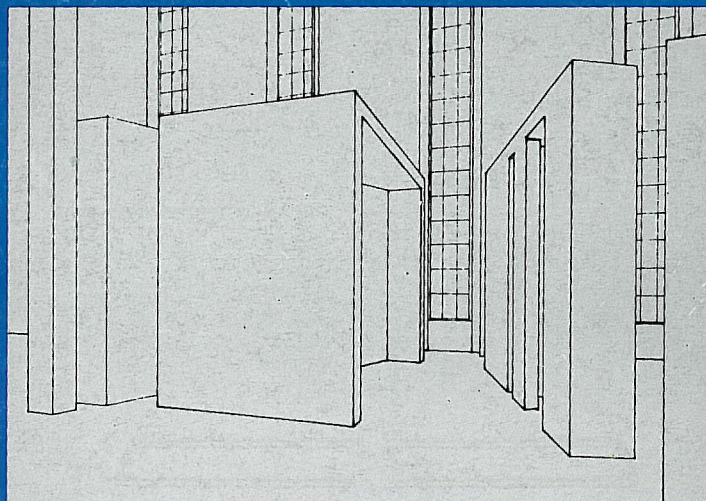


XVIII trienal de milão



A LINHA DAS IDEIAS.

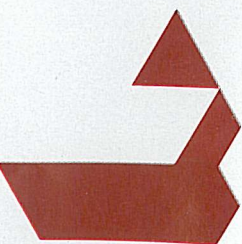


QUADRATURA

Ideias simples.

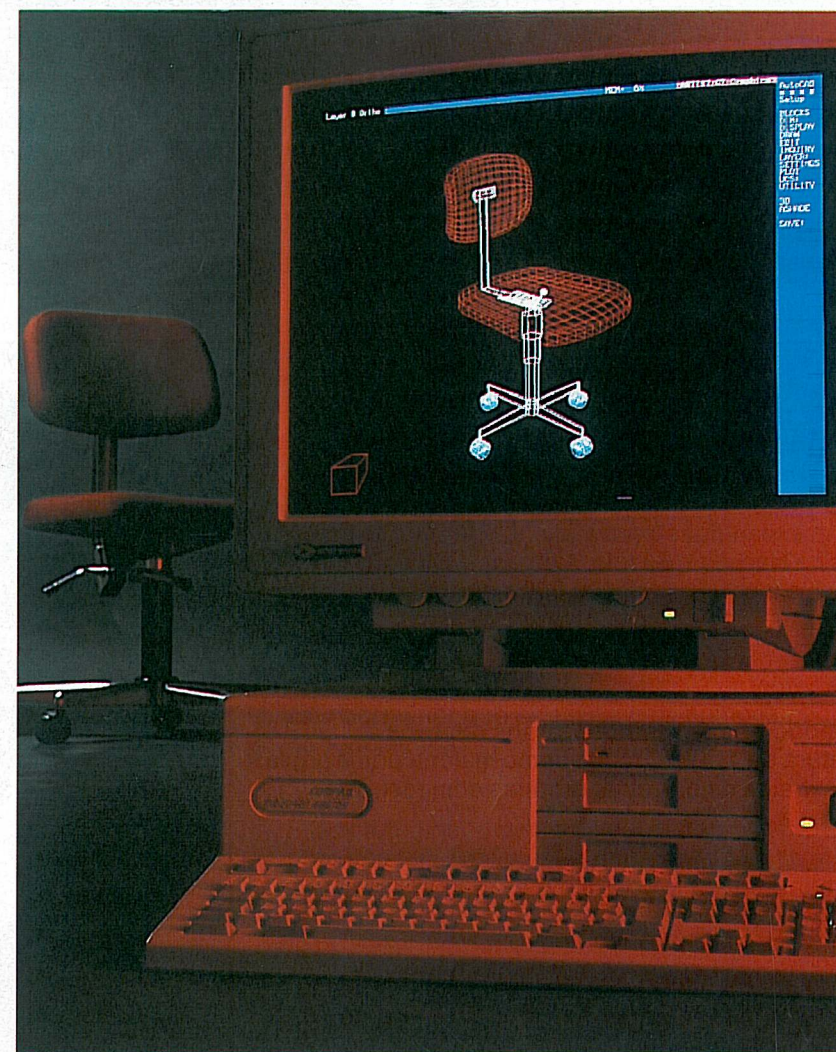
O retomar da utopia racionalista
com "toque de mão" artesanal.

LONGRA



A CULTURA DO ESPAÇO

AUTOCAD®



Versão 11. mais produtividade,
mais versatilidade, a nova versão
do AUTOCAD está já disponível
para computadores 386.
Conheça-a num :

"AGENTE AUTORIZADO AUTOCAD"

AGENTES:

AVEIRO: S.V. SOLUÇÕES VERTICAIS

BRAGA: BIOS

COIMBRA: LOGOMÁTICA

LISBOA: APLICAD, BEREMIZ, COMPUTERLAND, INFORNOVA,
MAGNETRON, PROLOGICA, SITEI

MARINHA
GRANDE: CAAM

PORTO: ATM INFORMÁTICA, BEREMIZ, IPERSOFT, MICROCAD



Empresa de Distribuição de
Microinformática e Grafismo, Lda.

DISTRIBUIDOR EM PORTUGAL

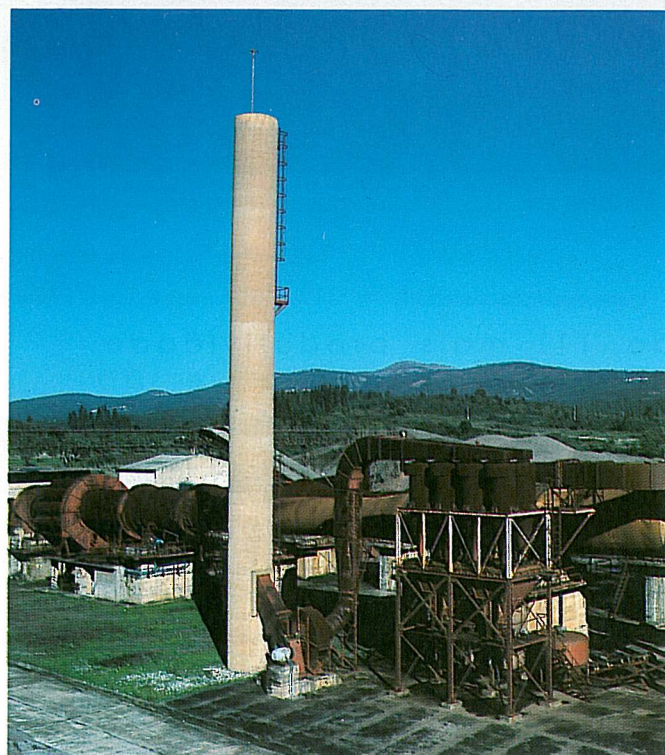
O QUE É A LECA

Introdução

Leca Portugal Argilas Expandidas Lda. produtora da argila expandida Leca nas suas instalações fabris de Avelar pertence ao maior grupo europeu de produção de argilas expandidas Leca a Aker Exclay Group cujas fábricas na Noruega, Suécia, Alemanha, Dinamarca, produzem em conjunto 17.000.000 m³ ano.

Como se produz

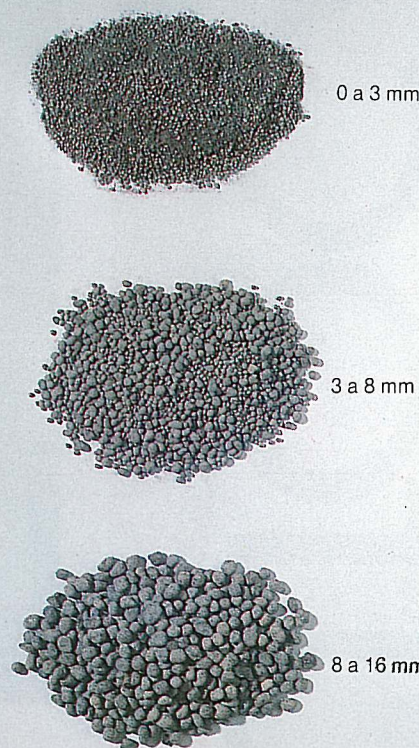
A Leca fabrica-se em grandes fornos rotativos à temperatura de 1.200°C tendo como matéria prima argila natural extraída de barreiras próprias com reservas superiores a 30 anos.



Fábrica em Avelar

O que é a Leca

A Leca é um agregado ligeiro de argila expandida em grânulos com uma estrutura interna celular e uma dura e resistente superfície externa. Os grânulos são de forma arredondada e isentos de materiais orgânicos, combustíveis ou poluentes.



Qualidades

Resistente à compressão
Isolante térmico e acústico
Estabilidade dimensional e impermeabilidade
Inerte químico e físico
Facilidade de trabalho
Resistente ao fogo
Baixo peso específico

Aplicações

Isolamentos

Esteiras — Terraços — Coberturas — Paredes duplas — Caixas de ar — Caves — Pisos térreos.

Enchimentos

Pavimentos — Casas de banho — Regularização de cotas.

Pré-fabricados

Condutas de fumos — Caixas de estores — Molduras de vãos.

Betões resistentes e estruturais

Ampliação de estruturas — Pontes para peões — Paineis fachada — Laminas de compressão.

Enchimentos

Conforme é do conhecimento geral é muito frequente fazerem-se enchimentos sobre o tosco da construção até uma cota próxima da dos acabamentos.

A espessura desse enchimento depende assim da natureza dos acabamentos previstos que requerem alturas diferentes para cada caso.

Outras vezes o enchimento existe apenas para corrigir certos erros de cotas, ou conseguir ao mesmo tempo a instalação de certas redes eléctricas, telefónicas, ou canalizações.

Na moderna construção habitacional o isolamento acústico a ruídos aéreos é um factor importante assim como o isolamento térmico.

Em qualquer caso interessa que o enchimento seja **eficiente** quanto à função **resistente** de modo a dispensar qualquer protecção, e tanto quanto possível **leve**.

Enchimentos de pequena espessura

Quando os enchimentos se situam entre os 3 e 5 cm de espessura a que se segue o acabamento final, aconselha-se um betão Leca 3/8 mm com uma dosagem de 200 a 250 kg de cimento.

Para obter 1 m³ deste betão precisa:

1100 litros de Leca 3/8 mm

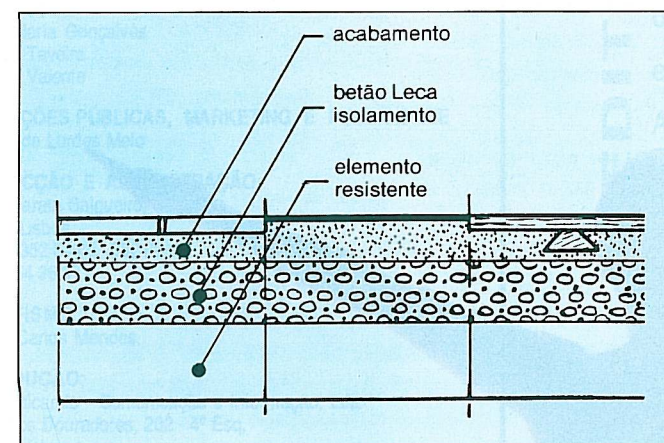
200/250 quilos de cimento

100 litros de água

$\lambda = 0,19 \text{ W/mK}$ ($0,16 \text{ kcal/mh}^\circ\text{C}$)

Peso = 750 kg/m³

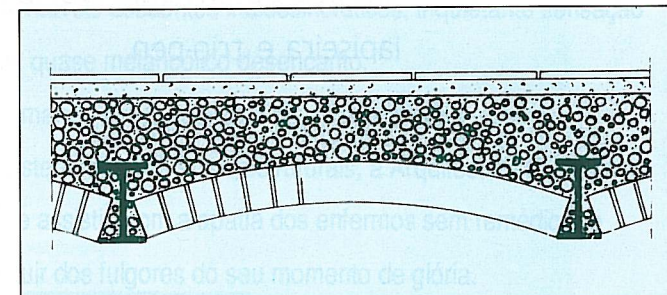
Resistência mecânica = 70 kg/cm²



Enchimentos em construções antigas

Tem por finalidade a reconstrução de habitações degradadas. A utilização do betão de enchimento leve Leca tem como fim a regularização de pavimentos desnivelados quer estes sejam de madeira ou de betão pobre.

O peso de betão leve Leca não excede os 750 kg/m³ o que não sobrecarrega as estruturas antigas.



Como exemplo da correcção de pisos degradados veja-se o pormenor que se expõe cuja composição de betão poderá ser escolhida de entre as referidas na página anterior.

É fácil trabalhar o betão de enchimento Leca. Se a sua obra não tem central de betão, então a dosagem para o seu enchimento será o traço 4:1 ou seja, quatro baldes de Leca 3/8 ou 8/16 mm, um balde de cimento, mais a água de amassadura. Após secagem aplique o acabamento final que pretende.

Um enchimento com betão leve Leca dá-lhe bom isolamento térmico e acústico. Razão suficiente para uma boa habitabilidade.

Telefone 74 05 32 / 78 63 50 — Telex 62501 P — Fax 78 13 61

DESEJO MAIS INFORMAÇÕES:

NOME _____
EMPRESA _____ CARGO _____
MORADA _____
LOCALIDADE _____
CÓDIGO POSTAL _____ TELEFONE _____

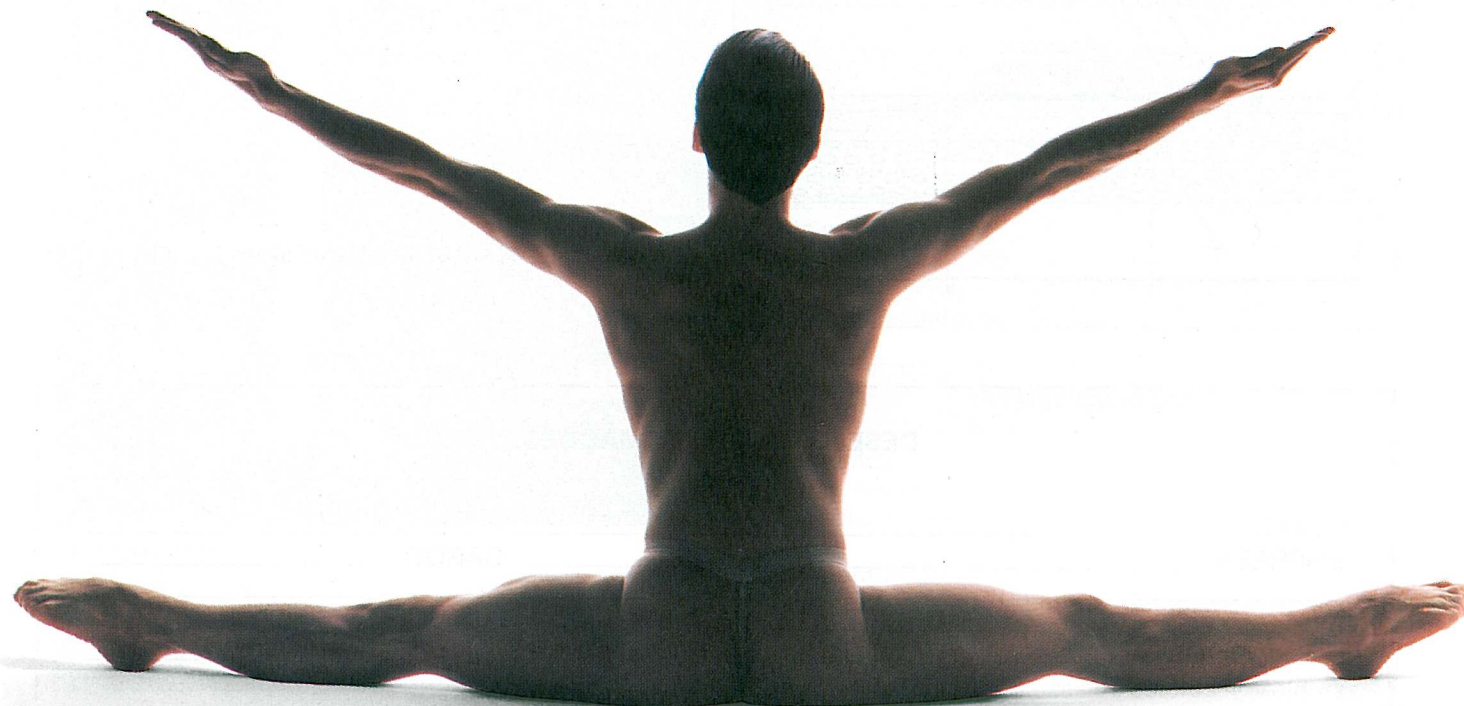
Leca®

EM TODA A CONSTRUÇÃO

Argilas Expandidas, Lda. — 3245 Avelar — Telefone: 036-32160 — Telefax 036-32166 — Telex 52 861 Lecapo P

A INFINITA PRECISÃO

rotring 600. A precisão como expressão da personalidade. Perfeita adaptação à escrita. Fabricada em metal cromado mate. Disponível em caneta de tinta permanente, com aparo em aço ou em ouro de 18 kts. Também em esferográfica, lapiseira e trio-pen.



rotring
STATE OF THE ART

J O R N A L ARQUITECTOS

PROPRIEDADE DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES (AAP)

DIRECTOR:

Francisco da Silva Dias (Presidente do CDN)

DIRECTOR ADJUNTO:

João Nasi Pereira

CHEFE DE REDACÇÃO:

Margarida Colaço

SECRETÁRIA DE REDACÇÃO:

Fátima Cecílio

CONSELHO DE REDACÇÃO:

Manuel Queiroz - CDN
Vasco Massapina - CDR Sul
Rosário Rodrigues - CDR Norte

COLABORAM NESTE NÚMERO:

Alberto Caetano
Alexandre Alves Pereira
Ana Isabel Ribeiro,
Ana Silva Dias,
Fátima Coelho,
Fátima Conceição Silva,
Fernando Gonçalves,
Fernando Hipólito,
João Manuel Ribeiro,
João Rapagão,
João Rodeia
José Manuel Pedreirinho,
Luis Pereira,
Michel Toussaint,
Paulo Varela Gomes,
Pedro Maurício Borges,
Pedro Vieira de Almeida
Susana Godinho

FOTOGRAFIA:

João Santos
Mário Soares
Luis Maria Gonçalves
Paulo Taveira
Paulo Valente

RELAÇÕES PÚBLICAS, MARKETING E PUBLICIDADE

Maria de Lurdes Melo

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Rua Barata Salgueiro, 36
1200 Lisboa
Telef: 352 64 45 - 352 86 08
Fax - 54 36 67

GRAFISMO:

João Carlos Mendes

PRODUÇÃO:

Comunicando - Comunicação e Informação, Lda
Rua dos Douradores, 202 - 4º Esq.
1100 Lisboa
Telef: 87 55 92 - 87 54 60 Fax: 87 54 60

EXECUÇÃO GRÁFICA:

Henrigráfica, Lda
Rua D. Carlos I, 31 - 1º
Laranjeiro 2800 Almada
Tel: 229 0174 Fax 229 0174

IMPRESSÃO:

Imprinter, SA
Rua Sacadura Cabral, 26/30
1495 Lisboa
Telef: 419 80 65

TIRAGEM: 6.000 exemplares

Depósito Legal Nº 2762689
ISSN 0870-1504 O AAP

DISTRIBUIÇÃO:

Midesa Marco Ibéria
Distribuição de Edições, S.A.
Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 1 - A
Tel: 859 67 39 - 859 67 57 - 859 66 29
Telex - 64 861 MIDEA P - 1900 Lisboa



21-2-92

Do balanço do ano que passou que, pela escrita de alguns dos mais activos praticantes da crítica especializada, o JA publica neste número, resalta, feitos

os inevitáveis descontos indiossincráticos, inquietante sensação de um quase melancólico desencanto.

Reafirmando a incapacidade de superação das nossas pressistentes debilidades estruturais, a Arquitectura Portuguesa parece assistir, com a apatia dos enfermos sem remédio, ao extinguir dos fulgores do seu momento de glória.

Exauridas as contribuições da CEE, instalada a ameaça niveladora decorrente dos exercício dos europoderes é no municiamento teórico - crítico dos profissionais da arquitectura que se consolidará a indispensável resistência à academização cujos indícios se acumulam na prática mais recente da nossa arquitectura.

A renovação do ensino é, consequentemente discussão prioritária para o ano que entra, havendo com justiça de reconhecer-se, o mérito da oportuna iniciativa da AAP no lançamento do tema em 91 de que se esperam agora mais participados seguimentos. Ano de congresso, 92 promete, indiscutível riqueza polémica.

João Nasi Pereira

SUMÁRIO

Calendário/Concursos

pág. 8 e 9

Actual

pág. 10

Banhos S. Paulo

pág. 11

Arquitectura 1991

Balanço Crítico

pág. 18 e 19

Trienal de Milão

pág. 24 a 30

Cassiano Branco e o Eden

pág. 32 e 33

Legislação

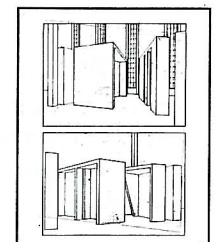
pág. 34 a 37

Informação

pág. 38 a 42

Construção

pág. 43



Capa: Pavilhão de Portugal - XVIII Trienal de Milão. Projecto de Alberto Caetano, Rita Filipe e Filipe Alarcão

FEIRAS

18 a 21 de Fevereiro 1992

DOMOTECHNICA, FEIRA INTERNACIONAL DE APARELHOS DOMÉSTICOS IMPULSIONADOS POR ENERGIA, APARELHOS DE COZINHA E COZINHAS

900 expositores de mais de 37 países, como Portugal, Bélgica, Dinamarca e Irão, estarão presentes nesta Feira, demonstrando a importância crescente da oferta de aparelhos eléctricos, componentes, elementos de montagem e acessórios.

Informações: Köln Messe - Messeplatz 1, Postfach 210760, D-5000 Köln 21, Deutschland - Fax (0221)8212574 / Tel: (0221)8210

13 a 17 de Março 1992

SALÃO INTERNACIONAL DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

Saragoça - Espanha

TECNODEPORTE adquiriu um lugar de destaque entre as feiras profissionais nesta especialidade que se celebram na Europa, quer pelo árduo trabalho de organização e promoção apoiado pelo Conselho Superior de Desportos, quer pelo extraordinário desenvolvimento a que se vem assistindo em Espanha quanto a projectos, construção e equipamento de instalações para a prática de desporto.

Informações: TECNODEPORTE, Salon Técnico Internacional de Instalaciones Deportivas, Apartado de Correos 108, 50080 Zaragoza - Fax: (3476)330649, Tel: (3476)701100

5 a 8 de Abril 1992

INTERFLOOR 92 - INTERNATIONAL FLOORCOVERING EXHIBITION

Birmingham - Inglaterra

Mais de 170 expositores da Europa e dos Estados Unidos participam nesta mostra de equipamentos. A importância destas mostras é de salientar pelo peso que representam no mercado da oferta e da procura nesta área.

Informações: INTERFLOOR 1992, Paragon Exhibitions Ltd., Bourne Croft, Tatenhill, Fax: 028375622 - Tel: 028375564

30 de Agosto a 1 de Setembro 1992

FEIRA INTERNACIONAL DO JARDIM

Mais de 950 empresas e mais de 30 países proporcionarão uma mostra de artigos e aparelhos para jardim, equipamentos, produtos, terras e substratos, luminotecnia e aquatecnia, varandas, estufas e construção em madeira. Em simultâneo decorrerá a FEIRA INTERNACIONAL DE ARTIGOS DESPORTIVOS, CAMPISMO E MÓVEIS DE JARDIM.

Informações: Köln Messe - Messeplatz 1, Postfach 210760, D-5000 Köln 21, Deutschland - Fax (0221) 8212574 / Tel: (0221) 8210

CONFERÊNCIAS

19 Nov. 1991 a 22 Jun. 92

FORUM URBANISMO/URBE

O Forum do Urbanismo é um programa de oito conferências mensais com a duração de um dia, que tem por objectivo transmitir informação e debater temas de planeamento e gestão urbana. Revelam neste 1º Forum questões conexas com a realização de Planos Directores Municipais.

Informações suplementares podem ser obtidas pelos telefones 347 00 17 e 347 03 75 (tb fax). É responsável pela organização a Drª Madalena Viana.

17 a 19 de Fevereiro

INTERNATIONAL CONFERENCE IN TOURISM, HERITAGE & ENVIRONMENT

Cairo - Egipto

Esta conferência terá como debate central a inter-relação da Arquitectura de Turismo e o seu impacto no Ambiente Natural e Cultural e a herança Arquitectónica.

Informações: Fax: (202) 2833669 - Tel: (202) 2912233

13 a 16 de Abril 1992

LIVING AT THE WATERFRONT

Amsterdão - Holanda

Esta conferência é organizada pela Dutch Federation of housing Associations em cooperação com a International Federation for Housing and Planning que se

encontram sensibilizadas para o tipo de problemas que podem ser debatidos nesta área, em que a relação básica entre a água e a construção pode ser analisada através da história e da cultura do país.

Informações: Markenlaan 1, Postbox 50051, 1305 AB Almere, Holanda - Fax: 313240 - 91277 - tel: 313240 - 91911

CONGRESSOS

1 de Abril a 30 de Maio de 1992

PROJECTAR A PERÍFERIA

Barcelona - Espanha

Este encontro é organizado pela Universidade Politécnica da Catalunha - Laboratório de Urbanismo de Barcelona e pelo Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona.

Informações: Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona, C/ Montalegre 5, 08001 Barcelona. Fax: (93) 3180612 - Tel: (93) 3180712

20 a 24 de Abril de 1992

V CONGRÉS IBEROAMERICÁ D'URBANISME

Valência - Espanha

Este Congresso dedicado ao tema "A Gestão das cidades", será uma ocasião importante para a reflexão e análise do fenómeno urbano, especialmente na forma de gerir a cidade, facto que se apresenta dramático para alguns países às portas do próximo milénio. Esta edição fecha uma etapa de oito anos e cinco congressos promovidos pela Asociación Española de Técnicos urbanistas (A.E.T.U) que tiveram como sede Sevilha (1984), Tlaxcala - México (1986), Barcelona (1988), Santiago de Cuba (1990) e em 1992 Valência.

As línguas oficiais do Congresso serão o Valenciano, o Espanhol e o Português.

Informações: Conselleria d'Obres Públiques, Urbanisme i Transports - Basco Ibáñez, 50, 46010 - Valencia - Tel: (96) 3862373 Fax: (96) 3866404 - Comissió per el V Centenari del Descobriment d'América. Encontre de Dos Mons. - Pl. Músic Albéniz, 11, 2º - 46010 Valencia - Tel: (96)3615651 - Fax: (96)3615675

RESULTADOS

CONCURSOS PÚBLICOS PARA A ELABORAÇÃO DOS PROJECTOS DAS NOVAS INSTALAÇÕES DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA

CONCURSO PARA A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DO COMPLEXO DE CIÊNCIAS EXACTAS, NATUREZA E AMBIENTE DO PÓLO DE ÉVORA

Menção Honrosa - Arqª Conceição Brás de Oliveira (Coordenadora)

Menção Honrosa - Arqª Eugénio F. Nascimento (Coordenador)

CONCURSO PARA A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DAS NOVAS INSTALAÇÕES DO PÓLO DA MITRA

1º Prémio - Arqª Victor Figueiredo (Coordenador)

3º Prémio - Arqª Manuel Mendes Tainha (Coordenador)

Menção Honrosa - Arqªs José e Nuno Ribeiro Mateus (Coordenadores)

Nota: o 2º prémio não foi atribuído

REPRESENTANTES DA AAP EM CONCURSOS

CONCURSO PARA A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DO COMPLEXO DE CIÊNCIAS EXACTAS, NATUREZA E AMBIENTE DO PÓLO DE ÉVORA

Eugénio Castro Caldas

CONCURSO PARA A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DAS NOVAS INSTALAÇÕES DO PÓLO DA MITRA

João Paciência

CONCURSO PARA ELABORAÇÃO DO PROJECTO DAS NOVAS INSTALAÇÕES DA UTL NO ALTO DA AJUDA / INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS (ISCSP)

Alberto de Sousa Oliveira

CONCURSO PÚBLICO PARA NOVOS MODELOS DE CABINES TELEFÓNICAS - TLP / PORTO

Miguel Arruda

CONCURSOS

ABERTURA DE CONCURSOS

MUSEU MUNICIPAL
Concurso público
para estudo prévio

Entid. promotora
C.M. de Coruche

In Memorium Viana de Lima

Haverá coisa de um ano, Viana de Lima explicou-me, a meio de uma tarde densa e aflitiva, o projecto que o preocupava, acabado de fazer.

A urgência de construir - essa habitava o seu coração já o tempo de uma geração.

Agora, diante dela, a escassas horas de ser inaugurada, sei que a obra será concluída, incompleta que está, mas viável.

Providenciou-a, pessoalmente, o Arquitecto. Falta-lhe a porta, na fundição há mais de um mês: terá que se tratar de uma provisória.

Faltam também os acabamentos determinados. Far-se-ão como ele queria.

O betão não está soberbo, mas pressente-se que talvez envelheça bem. (A propósito desta espécie de crença, dou-me conta do vazio da impossível conversa sobre o tema, e de tantas outras, tantas adiadas, agora, abruptamente). Finalmente, dissera-mo há dias, talvez Viana de Lima fosse a Itália dentro de poucos meses. À sua antiga paixão por Alberti e por Sêrlio, somava agora renovada pesquisa e aprofundamento sobre a obra de Brunellesco, de Bramante, de Buonarroti, de Bernini, de Borromini...

Em Viana de Lima, o sortilégio do conversar era um exercício de Humanismo, um desapressado transmitir de uma Verticalidade Cívica, a vontade de partilhar a surpresa de uma descoberta a meio de espreiadas leituras - sempre a propósito do nosso Tempo e do prescrutar das histórias da História.

Recordo, assim, Viana de Lima meu Professor, sempre, e numa Escola de que esteve exilado quase toda a última década do seu magistério (E o Porto não poderá agora ressarcir-se desse erro que, finalmente, mais de quinze anos depois, ainda ninguém achou forma de fazer assumir).

Hoje morreu Viana de Lima.

Amanhã trá-lo-emos para a sua última casa em construção. Na paisagem cercada, é um cubo insólito que alberga uma subtil abóbada abatida. Senhor do seu Lugar do Ângulo Recto, aí repousará Mestre Viana.

João Campos

Pela voz de João Campos, o JA presta aqui a primeira homenagem à memória do Arquitecto Viana de Lima.



C.A.E.

Portugal assume a presidência em 1992

Realizaram-se nos passados dias 22 e 23 de Novembro em Bruxelas as reuniões da Assembleia Geral e do Conselho Executivo do Conselho dos Arquitectos da Europa, nas quais a AAP esteve representada pelo Secretário Geral do CDN, Arq^º Manuel Queiroz.

Estas reuniões foram marcadas por um acidente desagradável cujo desfecho teve consequências algo imprevistas para Portugal e para a AAP.

Efectivamente, na sequência da sua oposição à aprovação de um orçamento para 1992 que permitisse a contratação do Secretário-Geral em full-time, medida considerada indispensável pelos restantes onze países para o reforço da capacidade de intervenção do CAE, a delegação holandesa do B.N.A. abandonou os trabalhos da reunião do Conselho Executivo após os outros países terem assinado o referido contrato.

Esta posição do B.N.A. com origem nas sequelas da dissolução do CLAEU (Comité de Ligação dos Arquitectos da Europa Unida) organismo que precedeu o C.A.E. e do qual o Secretário-Geral era o Director-Geral do B.N.A., foi reforçada por uma carta enviada posteriormente ao Presidente do C.A.E. em exercício, Georges Reuter, em que aquele organismo põe em causa a própria presidência holandesa do C.A.E. e mesmo a sua permanência na organização.

Nesta conformidade, cabe a Portugal assumir, nos termos estatutários, a presidência do CAE durante 1992.

Para além da aprovação do orçamento para 1992 e da assinatura do Contrato do Secretário Geral foi ainda aprovado o Relatório e contas referentes a 1990 bem como dos estatutos da nova estrutura prestadora de serviços que passa agora a funcionar em paralelo com o C.A.E. e na sua directa dependência, o C.A.E. - Serviços G.E.I.E.

Este novo organismo dispõe de personalidade jurídica, e passará por isso a funcionar como autoridade prestadora de serviços do C.A.E. sendo propriedade dos organismos representantes dos 12 países comunitários e tendo como cargos gerentes o Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro e Secretário Geral do C.A.E. Face aos numerosos pedidos de adesão que o C.A.E. tem vindo a registar quer de países candidatos à adesão à C.E.E. como a Suécia, Suíça, Austria, etc, quer de países de Leste, foi ainda aprovado um Regulamento para a admissão de novos membros, directamente decorrente dos estatutos.

C.I.A.L.P.

1ª Reunião da Junta Directiva

Após a formação em 28 e 29 de Junho do Conselho Internacional dos Arquitectos de Língua Portuguesa, reuniu-se no passado dia 6 de Dezembro em Lisboa, pela primeira vez, a respectiva Junta Directiva. Para além das informações gerais e dos assuntos estritamente ligados ao funcionamento do CIALP, foram focados alguns temas, como

quotizações, logotipo e estratégias promocionais. Foi amplamente discutido o conteúdo do 2º Encontro a realizar na primeira quinzena de Outubro de 1992 em Cabo Verde, que para além da Assembleia Geral Ordinária reservada aos representantes das diversas associações de arquitectos, incluirá um Seminário temático aberto a todos os arquitectos e outros técnicos com formação diversa. Foram destacados quatro grandes temas: Planeamento, Habitação, Equipamento e Arquitectura Tradicional / Património, e sobre eles se farão as Comunicações e eventualmente uma exposição onde estejam representados todos os países constituintes do CIALP. A Associação dos Engenheiros e Arquitectos Cabo Verdianos foi convidada a integrar a Comissão Organizativa do Seminário.

José Silva Carvalho

Secretário da Junta Directiva do CIALP

Uma noite nas Avenidas

Conferências «Percursos de Carreira»

Tiveram assinalável interesse as duas primeiras conferências deste ciclo, respectivamente dos Arq. HESTNES FERREIRA e MANUEL VICENTE, realizadas no Instituto Franco Português por iniciativa da SRS da AAP.

Apesar de alguns problemas técnicos, os numerosos assistentes percorreram, guiados pelos seus autores, os seus "percurso de carreira".

Na primeira sessão, a conferência foi comentada pelo arq. Farelo Pinto e registou ainda o depoimento do arq. Manuel Graça Dias. Na conferência do arq. Manuel Vicente o comentador foi o arq. Graça Dias e o depoimento do arq. Carlos Duarte.

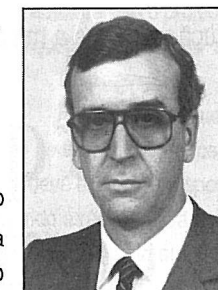
Registou-se no programa de Janeiro um cancelamento, da conferência do arq. Frederico George, devido a razões de saúde que, fazemos votos, sejam rapidamente ultrapassadas.

Estas conferências são patrocinadas uma por cada um dos seguintes sponsors: ROBBIALAC, CGD, PAVIGRÊS, COVINA e CELCAT.

Depoimentos dos nossos Mecenass

CAMPOS-FÁBRICAS CERÂMICAS, S.A.

Francisco Gil da Silva
Administrador Delegado



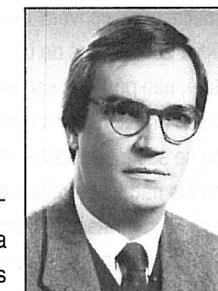
Embora seja de opinião que a relação entre os Arquitectos e os Industriais da cerâmica de barro vermelho tem sido muito ténue, não posso deixar de me congratular com o facto de a nossa Empresa ser sócia-fundadora do Clube de Arquitectos dos Banhos de S. Paulo.

Foi com agrado que pude assistir à conferência explicativa do projecto de recuperação do edifício que vai servir de sede ao referido Clube. Suponho que, para qualquer pessoa menos insensível, é sempre bom saber que determinado imóvel, com características tão marcantes, não vai ser destruído mas, sim, remodelado e modernizado, sem perder a sua identidade.

Possam os Arquitectos no convívio do seu Clube pensar e conjecturar sobre belos empreendimentos e condenar, num esforço contínuo e ordenado, as aberrações que destróem o equilíbrio paisagístico das nossas cidades, vilas e aldeias.

ARGIBETÃO

Eng^º Jorge Mira Amaral
Administrador-Delegado



A ARGIBETÃO pensa ser de grande utilidade e muito oportuna esta ligação agora proposta pela Associação dos Arquitectos Portugueses com os fabricantes de materiais de construção, concretizada através do Clube de Arquitectura "Banhos de S. Paulo" e que poderá ter reflexos muito positivos para a qualidade da construção no nosso país.

Só com uma ligação mais estreita entre os fabricantes dos novos produtos para a construção, como é o caso da ARGIBETÃO e os arquitectos, é possível produzir mais rapidamente melhores habitações, com maior conforto e menores custos de conservação; portanto mais acessíveis.

Este diálogo não só dá aos projectistas um melhor conhecimento dos novos materiais, como permite ao fabricante, baseado nas críticas construtivas dos arquitectos, um desenvolvimento e investigação dos produtos no sentido pretendido.

Por último, resta-nos desejar as maiores felicidades ao Clube agora formado e fazer votos para que alcance todos os objectivos a que se propôs.

Na última edição desta coluna assinaei o atraso do nosso sistema de protecção do "consumidor" da Arquitectura: o sistema de garantias e responsabilidades por prejuízos causados a terceiros, provenientes de defeitos da construção devidos a má concepção.

Arquitectura com Control

Em nota de última hora referi a publicação do Decreto-Lei 445/91 que vem regular o licenciamento municipal substituindo o Decreto-Lei 166/70 e os reflexos que ele tem no domínio das responsabilidades.

Com efeito se o atraso permanece, a verdade é que o citado decreto vem diminuí-lo, ao estabelecer (de forma a regulamentar em Decreto-Lei complementar) o princípio da responsabilização de todos os intervenientes, desde o proprietário ao construtor, passando pelos autores dos projectos (e é bom que o decreto utilize este conceito - do autor - contra a designação anterior de "técnico responsável") e pelos Directores da Obra. Todos estes intervenientes deverão portanto ter a sua Responsabilidade coberta por Seguro.

No caso dos autores dos projectos, e em particular dos projectos de Arquitectura, convém reflectir sobre as limitações às responsabilidades decorrentes de um deficiente **controle do resultado**.

Isto é, não poderão ser pedidas responsabilidades ao arquitecto se:

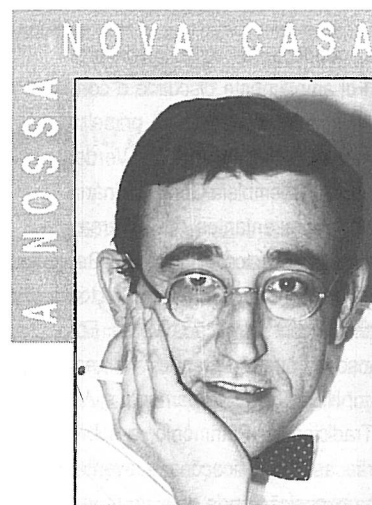
- o seu projecto não é respeitado,
- ou se são introduzidas alterações sem o consentimento do autor,
- ou lhe não foi permitido fiscalizar a execução da obra,
- ou se a contratação do arquitecto não incluiu o fornecimento de todos os elementos necessários à construção (projecto de execução),
- ou se não é necessária a sua participação na recepção da obra,
- ou se o uso é alterado.

UMA MEIA VITÓRIA

Vejamos então para cada um daqueles itens, por partes, o que se alterou com a nova lei face ao quadro anterior.

O cumprimento do projecto

No regime anterior não era exigida aos autores do projecto qualquer participação posterior à aprovação dos projectos. Na anterior lei do licenciamento (166/70) não havia penalidades por execução defeituosa da obra nem era posto qualquer obstáculo à alteração dos projectos por outros autores. O licenciamento não "conhecia" os direitos de autor. No novo regime só são permitidas alterações após a conclusão da obra e as penalidades por incumprimento do projecto são severas.



As alterações sem consentimento

Ao contrário do anterior diploma, o Decreto-Lei 445/91 estabelece que as alterações a qualquer projecto de Arquitectura devem ser feitas pelo mesmo autor ou com o seu consentimento. Estabelece-se também que a substituição do autor deve ser requerida competindo ao substituto fazer prova do cumprimento dos preceitos relativos à autorização.

A fiscalização da obra

No regime anterior os autores não participavam no controle da obra.

Isso cabia exclusivamente à fiscalização do município e ao "Responsável Técnico" figura cujas competências e qualificações não eram definidas (e infelizmente continuam a não o ser no presente diploma, apesar de se referir agora mais explicitamente a este personagem como o "responsável" pela Direcção Técnica da obra - isto é, já não é um simples "responsável" mas um director de obra).

Só se contratualmente o arquitecto tivesse a seu cargo a "Assistência Técnica" é que a sua presença era participativa. Pela lei, não era. No novo diploma é obrigatório que o autor do projecto fiscalize, pelo menos mensalmente, a execução da obra, apontando no respectivo livro qualquer incumprimento do projecto. Esta previsão, se fica ainda muito aquém do que é, em termos Europeus, a missão do arquitecto durante a obra, é essencial para salvaguardar a responsabilidade em caso de incumprimento ou de falta de elementos do projecto.

O Projecto de execução

Infelizmente manteve-se no novo texto o vazio relativamente a esta matéria. Como é possível responsabilizar o autor do projecto se o que lhe

é exigido é apenas o mínimo de elementos para obtenção do licenciamento, o que obviamente e no que toca à qualidade da construção é irrelevante? A obrigatoriedade de os elementos pormenorizados referentes a materiais, técnicas e outras especificações estarem disponíveis, é fundamental para que se estabeleça a cadeia de responsabilidades, isto é, para que o construtor não possa alegar insuficiência do projecto é preciso que o projecto "exista" na sua globalidade e profundidade. Indirectamente, por pressão do construtor, o projecto de construção será mais exigido na prática, apesar de a lei não o impôr ainda, já que de outro modo será o Construtor o prejudicado pelo aumento das suas responsabilidades.

A recepção da obra

É uma fase decisiva para qualquer sistema de responsabilidade e garantias. É aqui que se detectam defeitos aparentes, é aqui que têm

início os períodos de responsabilidade e garantias, é aqui que se acertam as contas. O que o antigo regime dispunha nesta matéria era quase nulo. O que o Decreto-Lei 445/91 diz, é que o autor do projecto participa no auto de vistoria devendo aí declarar qualquer facto susceptível de afectar a sua responsabilidade. Em rigor, se a Câmara licenciar a utilização perante a declaração do autor de que o projecto não se acha suficientemente cumprido, é aquela que assume as responsabilidades deste.

A alteração do uso

Com o novo regime, o uso também é objecto de licenciamento, pelo que qualquer alteração no uso não licenciada deve eliminar a responsabilidade do autor. E, à semelhança do referido atrás, se a Câmara licenciar alterações ao uso que não sejam assumidas pelo autor do projecto, deverá ela assumir as responsabilidades deste.

Conclusão

O novo regime do licenciamento é uma meia vitória dos arquitectos. É um passo, tímido embora, no sentido da harmonização das nossas condições de exercício profissional e consequente responsabilização, pelos padrões em vigor na maioria dos países da Comunidade. Entre elas está o controle do resultado. Mais responsabilidades, mais controle, mais seguro.

Pedro Brandão, Arquitecto

ARQUITECTURA 3 DIMENSOES

Arq3D é uma potente aplicação de AutoCAD V.10/V.11 para a concepção e desenho de arquitectura. É integralmente tridimensional. Concebido por arquitectos, Arq3D é uma ferramenta inovadora e de utilização imediata.

Preço de lançamento em Portugal: 210.000\$00



APPL Aplicações e Técnicas de Programação, Lda
Rua Cap. Mouzinho de Albuquerque, 68 1º - 2400 LEIRIA

TEL. 044.27070 - FAX. 044.27372

Os limites do tempo são tão aleatórios como as fronteiras dos países,
mas como elas, de tal forma consagrados pelo uso, que é
praticamente impossível prescindir da sua referência.
À falta de melhores balizas, foi para os doze meses
do ano passado que solicitámos a muitos dos que em Portugal
exercem a crítica da Arquitectura um balanço
sobre os aspectos mais relevantes do seu exercício.
Naturalmente, não foi possível obter colaboração de todos os convidados.
Os textos que publicamos, alguns bem mais extensos
que o requerido, se nos obrigaram a reduzir drasticamente
o desejável acompanhamento iconográfico, são por outro lado
a reconfortante medida do acolhimento dado à iniciativa.

À nossa volta
sobre nós
sobre cada coisa
ouvíamos a queda imperceptível da areia.

(João Miguel Fernandes Jorge, in *Actus Tragicus*, ed. 1991)

O Fim da Inocência

João Belo Rodeia

N um tempo e num mundo que galopam desenfreados à nossa volta, e em que disfrutamos mediaticamente essa velocidade, a precaridade é muitas vezes e afinal a perenidade possível. Não há dúvida que o cenário é tão deslumbrante quanto difícil se torna fazer previsões, desafiar legitimidades e arriscar escolhas: descobrir os silêncios, pressentir rumores, cheirar essências e vislumbrar retratos que o futuro poderá ou não sancionar. Mas não é esta também a implícita sedução da crítica à cultura contemporânea?

1. Face ao desaparecimento referencial dos grandes Mestres e à reorganização disciplinar da Arquitectura operada nos anos 60 e 70, a herança da década passada, marcada pelo confirmar progressivo da cultura da informação (que é regularmente ultrapassada pela inoperacionalidade da *congestão*), traduz "a grande incapacidade profissional em definir e controlar o seu próprio destino, paradoxalmente na hora da respectiva apoteose"; pouco mais resta que a atomização das experiências e o predomínio de éticas individuais, apoiadas por um relativismo crítico radical que tudo tolera, e se limita a multiplicar a

figura de autor ou de pequenos grupos, iludindo a valoração qualitativa da produção contemporânea. Esta é também, em larga medida, a situação portuguesa dos anos 80, agravada por condicionantes e vícios emergentes, em última instância, dum legítimo desejo de liberdade criativa num meio fechado e acrítico, da vontade de afirmação individual da geração de 70, e duma sociedade alheia à profissão e com problemas inerentes à respectiva situação periférica.

2. De igual modo, o princípio dos anos 90 continua sensível a esta situação. No entanto, a nova multiplicidade de heróis mediatizados e a respectiva pluralidade estética tendem a ultrapassar a redução crítica simplista ao pragmatismo e às experiências individuais. Mais,

vai-se assistindo igualmente à anulação progressiva desse relativismo ingénuo, a que alguém já chamou de *Fim da Inocência*.

A isto não será estranha a eclosão duma nova geração, formada a partir de meados dos anos 80, mais exigente com os aspectos teóricos da Arquitectura e mais preocupada com os posicionamentos críticos (e não apenas com questões superficiais de linguagem), descobrindo-se um renovado interesse pela epistemologia disciplinar. Acredito que o fenómeno, emergente da cultura urbana e pontuado por algumas mulheres num estrelato tradicionalmente masculino, é cada vez mais metropolitano e cosmopolita, apesar de naturais resistências de multa da actual produção teórica-crítica, bem comemorada nas grandes exposições do ano; a *Arquitectura Portuguesa Contemporânea/Anos 60-80*, e a *Pontos de Referência* da Europália.

3. Este *Fim da Inocência* está intimamente ligado à reavaliação dos Heróis Modernos que ultrapassa o determinismo da infraestrutura teórica do Modernismo e, consequentemente, inutiliza grande parte da revisão e argumentação pos-moderna tradicionais. Neste sentido, para além de evidentes perdas operativas, perdeu-se igualmente o reconhecido efeito catalizador da produção material, sobretudo pela redução do carácter inovador, pela (paradoxal) limitação imaginativa na liberdade criativa e pelo simples cansaço visual do sobredesenho. Longe dos debates do princípio dos anos 80, que protagonizaram a Escola de Lisboa, e fora dos confrontos simplistas entre modernos e pos-modernos, as novas gerações foram e vão amadurecendo ao lado dessa *querelle* que anuncia também a aproximação entre o Porto e Lisboa.

Por outro lado e no mesmo sentido, as novas gerações são mais exigentes nas reflexões teórico-críticas, nas estratégias de legitimação correspondentes e no próprio léxico disciplinar utilizado na comunicação. Difícilmente se identificam com a ineficácia dos discursos que se refugiam na densidade das palavras para iludir eventuais desconhecimentos ou obscuridades, ou com aqueles que apresentam um discurso pretensamente culto, mas primário do ponto de vista disciplinar e que, infelizmente, abundam nos nossos *media*.

4. Hegemonizada à escala nacional e consa-

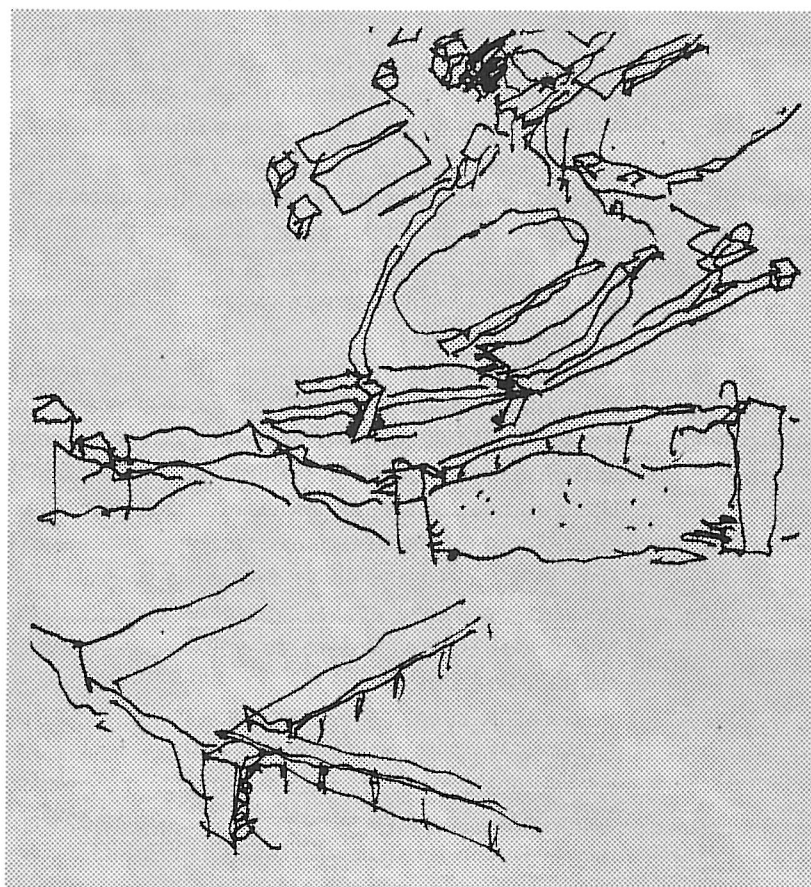
grada internacionalmente, a Escola do Porto tem utilizado a sabedoria numa eficaz optimização dos seus recursos, inteligentemente construída pelos seus arquitectos/ideólogos: Fernando Távora, Manuel Mendes e (sobretudo hoje) Alexandre Alves Costa defendem uma Ordem e Coerência cuja *conta, peso e medida* enformam o respectivo Ensino. Com o mesmo empenho, resistem e enfrentam uma sociedade (e uma cidade) cada vez mais aberta e permissiva. É, sem dúvida, uma atitude heróica que a admiração valoriza, mas adivinha-se uma luta desigual entre fracturas e perdas futuras de integridade e influência.

Referência fundamental, a mais reconhecida e divulgada, Álvaro Siza Vieira tem ultimamente protagonizado um trabalho voluntarioso em quantidade e qualidade, cuja persistência na reflexão incómoda sobre as *linguagens arquitectónicas* revela um inconformismo latente. Mais cosmopolita, claramente transgressivo pelo respectivo sentido lúdico e irónico, reconhece-se uma prodigiosa capacidade de síntese formal entre *opções e estéticas* diversas, que acentuam a *capacidade de eleição através do conhecimento* da Modernidade, vulgo Ecletismo Moderno, ao qual se alia uma emoção plástica, amaneirada e ambígua.

Se *discrição, contenção e sobriedade* são paradigmas da Escola, quantos mudos protestos não emergirão na consciência de todos aqueles que ainda acreditam nesses *ritos* mais antigos, material e operatoricamente mais essenciais. E quantos ecos não surgirão das novas gerações e nas vontades de romper: veja-se o Concurso para a Sede da Federação Académica do Porto e o texto de Jorge Figueira que o acompanha (Janeiro 91). Do Porto, depois de Eduardo Souto Moura (fora da escola), destaque para a confirmação de João Álvaro Rocha e as promessas de, entre outros, João Paulo Rapagão/César Fernandes, Paulo Providência/José Fernando Gonçalves e João Paulo Cardielos/Cláudia Albino.

5. A Escola de Lisboa tem surgido esgotada e vazia depois do entusiasmo do princípio de 80, viabilizado por Augusto Pereira Brandão e dinamizado por Tomás Taveira, em que os pulverizados debates e protagonistas não tiveram continuidade. Aparentemente indiferente ao debate e reflexão crítica contemporâneas, com excepções pontuais, julgo que tal se deve a um processo de adaptação a uma escala metropolitana sem precedentes, em que as trocas de informação dificilmente resistem à respectiva velocidade e superficialidade. Por outro lado, perante dúvidas que continuamente me assaltam, está por determinar a oportunidade da "emancipação" da Arquitectura das Belas-Artes, em termos de eficácia do Ensino na formação dos respectivos estudantes.

Este sentido de *orfandade* é contrariado pela tradição experimental e pragmática, pela liberdade criativa e pelo reencontro com as respectivas referências fundamentais (Manuel Taíinha é uma redescoberta constante), em que o papel dos estudantes assume crescente importância. Acredito que a actual tendência para um *abstracionismo figurativo* se acentuará, consciente dos condicionalismos da sociedade pos-industrial, onde se pressente uma síntese da essencialidade clássica com o efeito subversivo de *tensões* dialogantes ou provocatórias. A demonstrar esta tendência que, de formas diferentes



surge nas obras de Gonçalo Byrne (fora da escola), João Luís Carrilho da Graça, Manuel Graça Dias e João Paciência, confirma-se o afastamento da sujeição redutora ao passado e à memória, na medida da respectiva parcialidade na *revelação*. Poder-se-á antever o desejo pela *instrumentalidade e performance*, enquanto fenómeno emancipador da simples revelação do mundo na realidade arquitectónica. O anunciado *regresso* de Tomás Taveira permitirá paradoxalmente (ou talvez não), ampliar a respectiva ressonância na e da Escola.

De Lisboa, a qualidade da obra de Manuel Mateus, Carlos Miguel Dias e Egas José Vieira já não constitui surpresa, e anuncia uma nova geração de promessas a aguardar confirmação: entre os mais novos, João Falcão de Campos, Nuno Mateus/José Mateus, M^a Manuel Teixeira da Cruz/Soledade Paiva de Sousa, Fernando Hipólito, António Alfarroba, Pedro Maurício Borges ou Nuno Simões.

6. Ousadia, Optimismo, Desprendimento (sobretudo ideológico), são características dos jovens arquitectos que se revelam em obras de pequena e média dimensão como, também, em intervenções experimentais no âmbito mais precário do desenho de interiores (que exprime a vontade de intervir qualitativamente no controle pessoal de todos os aspectos do projecto e respectiva execução). Longe dum contexto épico e heróico, indiferentes a qualquer messianismo, anuncia-se o *regresso ao interior da disciplina*, à reaprendizagem do espaço (controladamente fluído) e das formas que nele ou dele resultam. São experiências cuja intensidade resulta de confrontos tensos na manipulação e transmutação de formas e programas, onde os contextos são

Complexo Desportivo Municipal e Parque da cidade de Vila Nova de Gaia.
João Rapagão

reciciados e as analogias surgem (o)cultas, lúdica e ironicamente assimiladas em imaginários mecânicos e orgânicos (cada vez mais), longe de imediatismos acomodados e sonolentos.

Esbatem-se as tradicionais fronteiras entre figuração e abstracção, e vislumbra-se a preocupação em revelar a Arquitectura na sua plenitude disciplinar, isto é, com a consciência clara do processo criativo que une a ideia ao objecto construído, e onde o desenho é *artifício* principal. Neste sentido, as "questões de linguagem" são fundamentais.

7. Tal como anteriormente afirmei, acredito firmemente que, tal como na Arquitectura Ocidental Contemporânea, o debate sobre a cidade e as respectivas estratégias à beira do século XXI serão o motor fundamental para a Arquitectura Portuguesa dos anos 90.

Sobretudo é urgente a tomada de *consciência das realidades da década*: a permeabilidade das fronteiras, a internacionalização dos hábitos, a modificação acelerada da paisagem construída, da encomenda e dos respectivos programas. Não é mais legítimo continuar a acreditar que é possível afrontar demiurgicamente as grandes corporações e a rentabilização do investimento em esquemas gigantes, muitas vezes com conteúdos programáticos limitados, que impunemente fracturam a cidade tradicional. E depois há as periferias metropolitanas e o sentido de ruptura que as acompanham.

Qualquer processo de planeamento excessivo, controlado e burocratizado é ineficaz, quer pela incapacidade que actualmente revela em enfrentar a velocidade do crescimento ou da transformação da cidade, quer principalmente porque recorre a processos de *quantificação* que regularmente erram ao gerar paisagens desqualificadas e semelhantes, mesmo quando ao serviço de ideologias políticas muitas vezes opostas. Faltam tácticas adequadas em lidar com os fenómenos metropolitanos e persistem escalas disfardadas por camuflagens, descontextualizações amnésicas e sistemas de composição despropositados para as rupturas que os novos programas adivinham ou os contextos anunciam. Neste sentido, mais uma vez, as questões de linguagem são fundamentais e evidenciam a urgência do *debate*.

8. E é exactamente esse debate (sério e profundo) que continua ausente, nomeadamente em **Lisboa**. Se é reconhecido o esforço em multiplicar acções e em remediar situações herdadas num quadro de gestão corrente, e se é igualmente notório o esforço em qualificar a cidade através de acontecimentos culturais periódicos (mas precários), tal não esconde a patética ausência do *primado da ideia sobre a cidade*, da *qualificação* sobre a quantificação, do *desempenho* sobre os modelos de desenvolvimento. Ao contrário das suas *concorrentes*, Lisboa está sem **Alma** para enfrentar o século XXI.

Infelizmente, Lisboa não se debate e não se (re)inventa. Lisboa vai acontecendo, vai-se contentando e igualmente calculando.

No entanto, a evolução da cidade depende da criação imaginativa dos seus intervenientes, cuja substância é a esperança no devir do *Futuro*, a convicção ética em acreditar na cidade e na sua cultura, longe da manipulação de variáveis económico-políticas, da burocracia e das vistas curtas que se escondem sob a capa do planeamento e da sensatez comum. Para sobreviver enquanto cidade, *Lisboa precisa de invenção e não de cálculo*. Sobretudo, é pelas *diferenças* futuras acumuladas à diferença presente que o seu *valor* se anuncia.

9. Neste quadro, a actuação da **AAP** é essencial. Herdeira duma estrutura *familiar e quase tribal*, cujo prazer artesanal era o espelho fiel duma classe empenhada mas reduzida, com dificuldades de legitimação social e política, e cujo aparente não-elitismo se assumia num quadro de vanguarda ideológica organizada, a Associação dos Arquitectos Portugueses corre hoje ao encontro dos anos 90, reforçada pela inédita explosão de associados iniciada na década de 80, com o respectivo e crescente reconhecimento pela sociedade, e em face dos desafios preocupantes do exercício da profissão no Mercado Único.

Há que reconhecer a progressiva eficácia em ultrapassar o carácter "amadorístico" e militante de outrora, em acentuar um profissionalismo cada vez mais evidente, e em promover a qualidade da produção arquitectónica. Repetem-se colóquios, conferências, debates, exposições, intervenções em concursos públi-

cos. Assiste-se ao crescimento duma estrutura de serviços compatível com o futuro que se advinha. Sobretudo, e talvez por isso, descobre-se que ao processo de rejuvenescimento não será estranha a presença infatigável de arquitectos mais jovens, como é de elemental justiça destacar a actuação de Ana Silva Dias e de Luís Pereira na Secção Regional do Sul da AAP, nomes a reter para o futuro.

10. No entanto, esta crescente capacidade tem-se revelado inversamente proporcional à necessária *rebeldia* junto dos principais responsáveis políticos pelo crescimento e transformação do território e, sobretudo, prima pela falta da denúncia, do protesto, do inconformismo, do jeito de dizer não, ao contrário do que sucedia (e bem) há poucos anos atrás.

Para isso, não será necessário comparar o caso Monumental com o Eden-Teatro, necrofilamente tão comemorado. É evidente que o discurso e o comportamento da AAP são hoje radicalmente diferentes daqueles que eram na anterior gestão municipal de Lisboa, cada vez mais esvaziados e emudecidos. À oportuna pergunta de António Cerveira Pinto, a propósito do Eden-Teatro, "o que deu aos arquitectos portugueses para não tomar uma posição firme sobre o assunto?", não é difícil adivinhar a resposta. Talvez que o empenhamento político excessivo e publicamente acrítico de muitos responsáveis da AAP, directa ou indirectamente, na actual gestão camarária e a respectiva encomenda profissional, tenha inviabilizado a necessária *rebeldia*. Acredito que é necessária e fundamental a colaboração estreita dos arquitectos (e da AAP) com as autarquias (e com qualquer outro poder político), mas tal não poderá nunca significar subserviência de qualquer tipo.

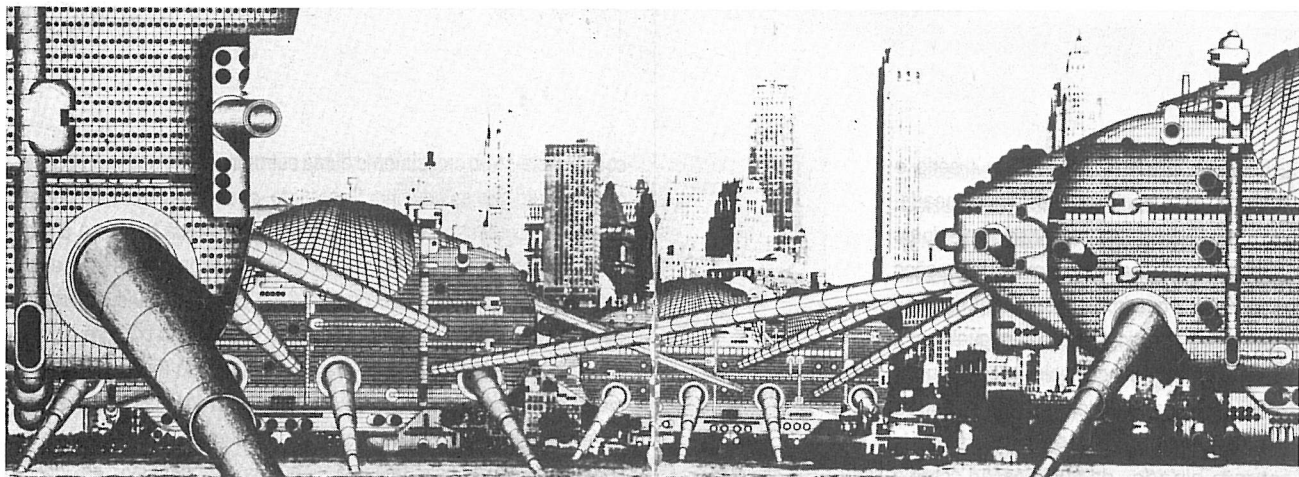
Se a presente crítica é *dura* e a anotação algo panfletária, o Eden-Teatro é apenas a ponta dum iceberg de erros acumulados ao longo das várias gestões municipais em Lisboa, e da consequente exigência pública à AAP de um *protagonismo ético* que ultrapasse o situacionismo ou o conformismo com quaisquer políticas. Acredito que o devir do futuro contribuirá para emancipar definitivamente a AAP, enquanto instituição, dos seus últimos vícios ou tendências ideológicas.

Enfim, faltam ainda muitas outras palavras. Sobre o papel das Escolas privadas de Arquitectura, os concursos públicos, a actividade dos arquitectos fora dos grandes centros urbanos, as características específicas da encomenda pública e privada, a deontologia profissional, as publicações especializadas e os media, as exposições e debates públicos, os principais autores e edifícios construídos e, porque não, os imprevistos. Fica a convicção de que a exigência crítica e teórica é crescente, e que esta manifesta-se numa maior capacidade dos arquitectos portugueses em responder às solicitações e, a cada uma delas, da forma mais adequada.

Destas linhas ficarão talvez *quaisquer acasos que irradiem algum suporte*. porque crelo, como Ramos Rosa, que as palavras depressa se esvaem.

Felizmente, resta a queda imperceptível da areia. E o *Fim da inocência*.

PS- O presente texto constitui uma reformulação e ampliação das palavras introdutórias à exposição da área de Arquitectura nas *Tendências, dias intensos*.



Tempo de Impasse

Michel Toussaint

Estamos realmente no final do ano de 1991. Habitúamo-nos a contar o tempo em períodos de doze meses. Mas raramente a vida se transforma de Dezembro para Janeiro. As continuidades são mais fortes do que os desejos de mudança expressos por todos na Passagem do Ano.

Quanto aos Arquitectos e à Associação Portuguesa, muito se quiz mudar neste decénio que passou. Houve um empenhamento colectivo que se traduziu num fortalecimento da associação profissional e a influência da CEE foi julgada benéfica no que toca ao reconhecimento do arquitecto e a um outro rigor legislativo e até normativo (com os riscos inerentes).

A sociedade portuguesa, passados os anos conturbados em torno do 25 de Abril, foi-se estabilizando, permitindo outras atenções nos fenómenos culturais e criativos, enquanto o número de arquitectos e escolas de Arquitectura aumentava como nunca se viu.

Chegados aos nos 90, o capital de esperanças por uma arquitectura e cidade melhores neste País ainda se mantém, mas assente em base mais realista. E reconhecem-se fracturas e tensões que continuam a existir em Portugal, a par de um desconhecimento (falta de saber), uma insensibilidade e vazios discursos sobre a qualidade, que afectam grandemente aquelas esperanças e, na concretização arquitectónica, frustram uma das condições essenciais à melhoria das condições de vida dos portugueses: a qualificação do seu habitat.

De facto, continua a pensar-se que a Arquitectura é uma Prática e um Conhecimento restrito, para mostrar nalgumas exposições a reboque de manifestações culturais de prestígio, que nalguns casos até dá jeito "para inglês ver", enquanto as nossas cidades, vilas e territórios continuam mergulhados no caos dos interesses inconfessáveis e as autoridades revelam-se incapazes ou alheias relativamente aos interesses colectivos mais genuínos e mais amplos.

Vem a propósito o exemplo da cidade capital deste País: Lisboa. É um

caso paradigmático onde o todo nacional se espelha entre uma vontade em melhorar e o conforto de interesses contraditórios, no exercício do poder/gestão da cidade que não consegue sequer fazer-se compreender.

A actual equipa dirigente da C.M.L. quer produzir planos desde o todo do Concelho, ao quarteirão, empenha-se na Área Metropolitana, quer fazer em catadupa as obras que há muitos anos não se fizeram, quer mostrar uma actividade cultural que desde os anos quarenta não se lhe conhece. E quer uma afirmação política a nível nacional. Não será mais olhos que barriga?

O resultado é francamente atrapalhado, e, em nome da eficácia, passa-se por cima dos métodos, da maneira de fazer, do próprio empenhamento do todo camarário, que é marginalizado, bem como o cidadão, é claro. Na realidade, o processo de Planeamento que é vital para a construção (ou reconstrução) da cidade, foi tomado por um punhado de "técnicos" que fazem tudo a seu bel-prazer, convencidos que são os melhores. Distribuem a execução de Planos de Pormenor sem concursos, sem as regras mínimas recomendadas pela AAP, e daí as sucessivas queixas de se ouvem, mas que nunca são colocadas oficialmente pois tem-se medo de ser votado ao ostracismo ou ter os projectos "chumbados". Executam o P.D.M. da capital do País num

canto da Câmara, sem discussão pública prévia, sem o Concurso Internacional que Lisboa merece. E atiram cá para fora normas, zurzem sobre o trabalho dos arquitectos, sempre do alto da sua auto-suposta sabedoria, indiferentes ao processo total de produção da arquitectura ou seja, da construção da cidade. A Arquitectura como Disciplina, como saber, e também como criação é absolutamente ignorada. Essa gente entrega, por exemplo, a direcção do grupo que está a estudar o Património Arquitectónico de Lisboa a uma Geógrafa e entrega o "Plano de Pormenor para o Aterro da Boa Vista", por eles considerada área com património a salvaguardar, com problemas de "cozimento", com potencialidades para ser uma alternativa à congestionada baixa, ao Departamento de Engenharia Civil do I.S.T. ou ainda, por exemplo, o "lavanamento de morfologias urbanas" ao Prof. José Manuel Viegas do I.S.T..

Este desprezo pela Arquitectura chega à intervenção cultural camarária ao manter uma enorme e aparatosa exposição sobre o Eden/Cassiano Branco, incluindo colóquios, sem um especialista na matéria. O resultado está à vista: uma exposição que é um "armazém" de fotografias de desenhos, de fotografias, e outros documentos, expostos ao "Deus dará", e um conjunto de colóquios absolutamente dispartados onde o Eden e Cassiano Branco são marginalizados. E isto tudo também a propósito do Teatro Eden que está ameaçado em tornar-se uma ruína, porque o sistema de classificação patrimonial é ineficaz e gerido não se sabe como, e a Câmara Municipal, mais uma vez, acordou tarde.

Mas os mesmos problemas podem encontrar-se também no Porto, Braga, etc. Enquanto a acção disléxica da legislação, das normas, do reconhecimento das competências profissionais, enfim da desatenção sobre o habitat humano, no território nacional relacionando-se o natural e o construído, a cidade e o campo, etc, continuam a fazer o seu caminho. Estaremos todos à espera que a CEE impunha as suas regras, chamar à pedra os Portugueses sobre a sua má gestão do território e a má qualidade média da produção da sua arquitectura? E a CEE, será assim tão excelente?

Julgo que estamos numa encruzilhada, em que as escolhas vão pesar grandemente no futuro.

E os Arquitectos Portugueses também não estão isentos de culpas. Ainda voltando às manifestações Eden/Cassiano Branco, o colóquio sobre o Ensino da Arquitectura deixou-me extremamente inquieto. Nenhum dos oradores (professores eminentes, arquitectos prestigiados) se referiu à Investigação, nenhum abordou o tema do desenvolvimento dos saberes, nenhum abordou a importância da Teoria e do todo disciplinar. A perspectiva é ainda continuar os métodos de Ensino Beaux-Arts, é ainda separar Arte/Técnica, pendendo a Arquitectura para a primeira, e é negar o que já Vitruvius dizia e que constituiu até hoje o veio fundamental da identidade arquitectónica, em termos de Cultura Ocidental.

Já algures escrevi sobre o salto epistemológico necessário. Continuo a defendê-lo dentro da revisão urgente dos métodos, conceitos e entendimentos do ensino da Arquitectura e paralelamente da fundamentação disciplinar que deverá incluir olhares por dentro e olhares por fora na relação com a produção e todos os agentes e saberes nela implicados. Há muito para dizer sobre 1991 e "expectativas". Nota-se essencialmente que os arquitectos mais divulgados, mais conhecidos, no âmbito de uma "arquitectura de qualidade" ou de excepção, têm produzido regularmente. Por fim muitos desses nomes atraem encomendas e alguns estarão com problemas de excesso.

Neste ano, alguns concursos de prestígio, razoavelmente organizados e com o apoio da AAP, obtiveram respostas daqueles arquitectos e de alguns novos. Por eles nota-se que há respostas adequadas, há conhecimento e criatividade, e que um certo reconhecimento internacional sobre Portugal é bem justificado. Mas trata-se evidentemente de casos excepcionais. A média produção portuguesa é pobre, mal construída, resulta apenas do cumprimento (e a fugir!) dos regulamentos e normas. Aliás, seria bem interessante investigar (sim, digo investigar!) os seus efeitos sobre a qualidade dessa arquitectura. O R.G.E.U. com os seus malditos T's tem sido evidentemente uma barreira à inovação no âmbito da habitação corrente. Veja-se o panorama que as exposições dos Prémios Valmor e Municipal mostram.

E por falar em exposições, duas houve cuja importância em termos de comunicação social foi notável. Trata-se da que aconteceu em Serralves, "Arquitectura Portuguesa Contemporânea - anos sessenta / anos oitenta" e a que se integra na Europália 91. Da primeira pode-se dizer que o resultado foi a confusão, na acumulação de inúmeros trabalhos não tratados para a exposição (e isto até teve elogios por parte da crítica), da segunda (que não visitei e apenas conheço pelo JA 103/4), parece-me haver alguma fraqueza conceptual no preenchimento das secções, não se compreendendo, por exemplo, o tratamento da capela de Albergaria dos Fusos, como também (José Manuel Fernandes na sua crítica o diz), não se atendeu suficientemente à representação nacional que esta exposição forçosamente significaria aos olhos belgas - e foi aliás a mais escondida das exposições - de Arquitectura, claro!

Em conclusão rápida, que o escrito vai longo, está-se nitidamente num momento de impasse. Aos Arquitectos cabe uma parte da responsabilidade. Pelo menos que essa parte se perspective de outro modo de 1992 para diante.

(Re)pensar o Arquitecto *

José Manuel Pedreirinho

Perante o desafio de escrever sobre aquilo que de mais importante se passou em termos de arquitectura ao longo do ano que agora acaba, e sobrecarregados que todos andamos com a análise desta ou daquela obra, deste ou daquele autor, convencido que estou de que olhamos cada vez mais para as árvores, e fechamos, (se calhar muito deliberadamente) os olhos à imensa floresta, luxuriante, que nos envolve; pareceu-me interessante uma rápida abordagem de alguns dos problemas que se levantam ao ensino da arquitectura que se vai fazendo em Portugal.

É que estou cada vez mais convencido da importância do trabalho diário "banal", em detrimento da "grande obra". Esta impõe-se quase que por si só, pelas suas dimensões, pela sua força específica, enquanto aquela tem que se impor pelas suas qualidades próprias. Penso pois que uma das tarefas mais importante que temos pela frente, será a de formarmos profissionais que mantendo a sua qualidade de especialistas, sejam cada vez mais capazes de entender a profissão também de forma aberta a um público que dia a dia connosco colabora de uma forma cada vez mais interveniente na criação do ambiente em que todos vivemos. Para o conseguirmos, nada melhor do que pôr em causa os muitos dogmas em que frequentemente insistimos em envolver-nos, e para o atingirmos, nada melhor do que uma educação profunda, provocadora (muito), mas que também saiba ser orientadora (q.b.). Uma educação estimulante de todas as capacidades criadoras do indivíduo, mas que também seja capaz de, em cada momento, definir claramente as bases da nossa cultura. Será isso que se tem passado no que se refere ao ensino da arquitectura? Será isso que se tem, de um modo muito mais geral, passado em Portugal? Não particularizemos, não falemos desta ou daquela escola, pois os problemas sendo diferentes têm entre si muitos aspectos comuns, e estou muito mais interessado em levantar algumas questões gerais, deixando para outra ocasião o debate de tendências e de opiniões que se espera possa ser sempre saudavelmente diversificado e contraditório. O facto é que 1991 foi também, ou talvez mais do que muitas outras coisas, um ano em que, (ainda que timidamente), se iniciou, finalmente um debate que desde há muito me parece urgente, o do ensino da arquitectura, ou por outras palavras, o que deve ser um arquitecto? E no entanto, e apesar do que atrás se disse, não creio que tenha havido nenhum facto que só por si mereça esta importância dada ao ensino. Foi talvez, isso sim toda uma série de aspectos pouco importantes de per si mas que no seu conjunto revelam essa diferença de atitude. Factos como por exemplo o encontro promovido pela A.A.P. em Lisboa, e onde, julgo que pela primeira vez, se reuniram todas as escolas onde se pratica o ensino da arquitectura, debate que terá sido morno e que certamente desiludiu quem dele esperava algo mais para o futuro do que um simples enunciar de intenções e de algumas boas vontades, mas que foi apesar de tudo importante pelo simples facto de se ter realizado. Outro facto foi também a realização de mais um encontro da E.A.S.A. e da A.C.S.A. dois organismos internacionais onde estão reunidas grande número de escolas de arquitectura, e no qual, curiosamente, apenas esteve representada uma das nossas faculdades. Mas, de entre todos, o aspecto que me parece mais importante tem a ver com a crescente



diversidade de cursos que formam arquitectos, e sobretudo, com o progressivo aumento do número de profissionais já formados por essas diferentes escolas. Este talvez tenha sido um ano de consciencialização para este importante aspecto.

Por tudo isto parece-me que qualquer pessoa que observe com um mínimo de atenção a estrutura actual da nossa classe profissional concluirá que numa estrutura com um crescimento tão rápido como o que tem vindo a

verificar-se em Portugal há que pôr algumas questões quanto ao número e sobretudo quanto ao tipo de arquitectos que se estão a formar.

Em primeiro lugar conviria certamente saber para que servem?

Haverá saídas profissionais para eles?

Quais?

E será isso que se lhes ensina?

Com que curricula?

E com que métodos?

Serão esses os mais adequados?

Mas comecemos pelo princípio, e com toda a frieza, serão necessários tantos arquitectos em Portugal?

É que se estamos ainda muito longe de uma relação entre os arquitectos e o número dos habitantes que é comum na maior parte dos outros países Europeus, não nos podemos esquecer nem de que a nossa estrutura do mercado de trabalho é profundamente diferente da deles, nem nos devemos alhear do facto de o número de arquitectos que não exercem a profissão ser já nalguns países verdadeiramente dramático.

E julgo que em nenhum outro país o crescimento tem sido tão rápido nos últimos anos, em que o mercado de trabalho tem sofrido profundas transformações, pelo que, mesmo tendo partido de um número muito reduzido de técnicos, os valores que estamos muito rapidamente a atingir nos deverão fazer pensar sobre os problemas que a curto prazo teremos que enfrentar.

Talvez não baste dizermos que há ainda entre nós um vasto campo de intervenção para os arquitectos que ainda está para explorar, (principalmente nas administrações autárquicas, ou na administração central, por exemplo), nem deve-

mos talvez contar com um crescimento muito maior do mercado do trabalho ligado à construção.

E não basta dizermos isto porque as condições para trabalhar na primeira são na grande maioria dos casos muito mais opções de carácter provisório do que opções profissionalmente assumidas, e quanto à segunda na grande maioria dos casos também não parece muito interessada num aumento significativo do número de profissionais que dela dependem.

Resta, obviamente, o mercado ligado à construção, mas será que ele comporta um crescimento exponencial do número de profissionais como o que se tem vindo a formar nas nossas faculdades?

Ou seja, pondo a questão de outra forma, alguém ou algum organismo terá neste momento alguma ideia de qual o número de profissionais que o mercado de trabalho comporta? E ainda uma outra questão que se relaciona directamente com esta, a qualidade, ou os conhecimentos daqueles que se formam estarão de acordo com aquilo que se espera que eles sejam capazes de fazer?

O facto é que, sem esses estudos estamos a atingir muito rapidamente as já "tradicionais" situações de sub emprego ou de emprego marginal, com o arquitecto a desempenhar tarefas para as quais também foi preparado, mas que de modo algum correspondem à sua preparação específica e global como "tarefas" de arquitectura.

São as muitas situações que têm a ver com a execução de tarefas burocráticas, ou a muito mais frequente de dar aulas no ensino médio. Ora se tais tarefas são absolutamente necessárias, parece-me óbvio que as actuais estruturas dos cursos de arquitectura não preparam aqueles que as frequentam para essas funções.

Onde nos actuais cursos se ensina, por exemplo, um método para apreciação de projectos? E no entanto, essa é cada vez mais a primeira tarefa de muitos recém formados que nas autarquias ou na administração central são directamente confrontados com a angústia de terem de apreciar e sobretudo de aprovar ou reprovar projectos feitos por colegas, na maior parte das vezes mais experientes, com tudo o que isso pode pressupor de truques ou de

dificuldade de diálogo. Apesar disso, a definição dos critérios de apreciação continua vaga na sua fundamentação e, na maior parte dos casos, aleatória, para além de extremamente diversa de organismo para organismo. Ora não estará justamente aqui um dos aspectos que mais frequente e directamente se pode apresentar como causador de profundas distorções na arquitectura que se vai fazendo em Portugal? A outra opção profissional, talvez mesmo a mais frequente entre os recém formados, é naturalmente a do ensino. Opção que no fundo, raramente o é. Trata-se, isso sim, na maior parte dos casos uma alternativa ao desemprego, e pergunto será que a actual formação curricular de um curso de arquitectura prepara para esta saída profissional?

É por todas estas razões que me parece cada vez mais urgente que se ponha outra questão. Qual o tipo de cursos de arquitectura que deveremos ter? Pensar se os devemos diversificar ou se devemos caminhar para um modelo único. Repensá-los para algumas dessas saídas profissionais, cada vez mais correntes, ou se pelo contrário devemos manter os modelos actuais. Ora um dos aspectos que me parece ressaltar da actual estrutura tem a ver com uma certa uniformidade que ainda persiste nos diversos curriculums em funcionamento nas nossas universidades, uniformidade que nalguns aspectos parece mesmo tender para aumentar e não para se diversificar. Poderia no entanto ser interessante repensar desde a duração dos cursos para determinados fins (e não me refiro unicamente à tendência para reduzir a sua duração, pois em muitos casos julgo que se deveria caminhar em sentido inverso), até às saídas mais ou menos especializadas que se começam a ensaiar mas que ainda não têm uma correspondência no grau académico atribuído. Num curso com a complexidade de matérias e a diversidade de conhecimentos que se exige no de arquitectura será pacífico afirmar-se que um curso de cinco anos com uma determinada carga horária, é o mesmo do que um outro em que essa mesma carga horária seja dada ao longo de seis? Não será importante procurar uma optimização das capacidades de sedimentação, de pesquisa e consciencialização dos conhecimentos adquiridos pelos alunos? Entre o modelo americano que privilegia um tempo muito curto e intensivo de ensino mas que cria inúmeras e extremamente complexas barreiras no acesso à prática profissional, e um modelo europeu de maior amadurecimento nas escolas (a média de permanência dos alunos em muitos países europeus ronda os sete anos), há um vastíssimo campo para a experimentação e para a diversificação de opções.

E essas terão, ou deverão sempre ter, como preocupação última o aumento da qualidade do ensino, sem o que nunca poderão passar do nível das intenções muitas das outras opções que se apontam para a melhoria da qualidade da nossa arquitectura. É toda uma série imensa de problemas de que aqui apenas se esboçam alguns aspectos, mas é importante que, finalmente, se tenha despertado para o problema, um problema que em cada ano que passa se agrava, e que por isso mesmo urge (re) pensar urgentemente, antes que seja já demasiadamente tarde.

* Um obrigado à colega Ilda Seara pela sugestão do tema.

1991: Balanço Crítico

Pedro Vieira de Almeida

No decurso de 91, apesar de algumas (certamente poucas) brilhantes intervenções a nível individual, que deixo a cada um o cuidado de enumerar, não creio que o panorama da arquitectura portuguesa, no sentido mais lato e no enquadramento mais genérico, possa ser encarado a nível excessivamente optimista.

Isto porque a própria qualidade de alguns dos seus produtos e o virtuosismo indiscutível de alguns dos seus operadores, têm vindo a ter como consequência progressivamente acentuada, o paralisar de um pensamento crítico exigente, criando núcleos duros, mitificados, em que toda a abordagem analítica é tida como impertinente, se não mesmo como sacrilega, ou até como manifesta falta de educação.

Gerações de novos profissionais dedicam-se então ao amoroso inventário de tiques e maneirismos sintáticos, aparentemente tidos por capazes de conjurar a presença das musas, e garantir a receptividade das suas propostas, o que até se dirá ter funcionado menos mal, se avaliarmos pelo resultado de alguns concursos entretanto levados a cabo.

A enorme necessidade de valores absolutos não passíveis de análise, a ânsia securizante de **país espirituais** indiscutíveis, aponta para uma acentuada tendência à formação de academias, que ainda que gratificantes a nível imediato, se revelarão necessariamente asfixiantes a prazo e de que apenas sairão escorregadamente, aqueles que a tempo e valor próprio, possam de facto rejeitar essas manifestações de menoridade profissional.

Este panorama algo inquietante que agora se desenvolve de norte a sul do território nacional, por razões diversas, boas e más, razões que levaria longe caracterizar, não creio que esteja a ser corrigido pela formação escolar praticada, - atrever-me-ia a dizer que muito pelo contrário -, agravando-se a situação pela inexistência de verdadeiras alternativas pedagógicas, estruturadas, abertas, credíveis.

Acresce ainda a este panorama pouco risonho, a recentemente anunciada tentativa, - entre nós decididamente prematura - de "harmonização" ou "uniformização" pedagógica à escala de uma Europa, Europa por enquanto de si bem contente e nós com ela, o que oxalá nunca venhamos a amargar.

Temo bem que sim.

Em manifestações públicas ainda recentes, por exemplo por ocasião da exposição "Arquitectura Portuguesa Contemporânea" no Porto, ou da exposição "Cassiano Branco" em Lisboa, esta ainda decorrendo, o conjunto de depoimentos feitos, na rádio na imprensa e na televisão, as opiniões veiculadas, as discussões tidas, os argumentos invocados, revelam todo um panorama que para já, se terá de encarar com

espírito no mínimo reticente, e com alguma legítima apreensão o seu desenvolvimento futuro.

A "descoberta" de um vector cultural português na arquitectura portuguesa, em contexto de excessiva oportunidade europeia - europeia uma vez mais - pela maneira precipitada e algo desinformada como surge e como se formula, deixa também em suspenso aquilo que poderia ser -- e outra gente tem defendido ser uma raiz operacional para uma arquitectura a desenvolver num enquadramento de uma post-modernidade assumida.

Mas que haveria que assumir, e previamente haveria que entender, e com uma urgência que (agora sim) um caldeiro europeu nos vem impôr.

Uma prática arquitectónica de objectos singulares de melhor ou pior qualidade, mas genericamente de displicente articulação urbana, uma arrogância interventora que uma complacente desinformação vai permitindo ou mesmo fomentando a nível local, alguma cedência aos vectores directamente mais comerciais da intervenção profissional, um turisticar persistente de todo o território, uma prática de planeamento preguiçosamente desimaginativa, desimaginativamente preguiçosa, ortodoxa, inoperante, uma visão frequentemente desdenhosa dos valores patrimoniais existentes, se não uma percepção (deliberadamente?) reductora do sentido operativo do conceito de património e da função da história e da teoria no intervir do concreto quotidiano, são indícios de que, e para dizer pouco, nem tudo entre nós, navega como em mar de rosas.

Esta será talvez uma visão pouco optimista da situação existente neste final de 91, situação da qual no entanto aponte apenas alguns indicadores.

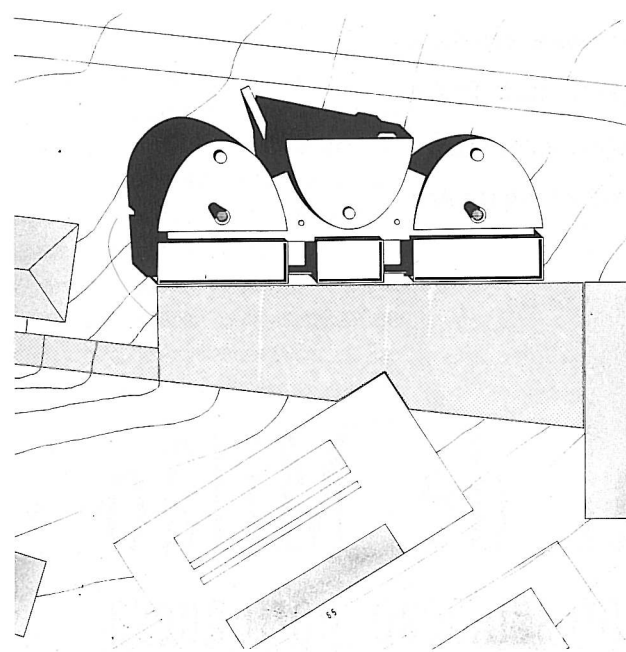
Outros há que resolvi não abordar, por me parecer exigirem mais longa exposição.

Como os depoimentos sobre esta matéria são diversos, certamente haverá leituras, mais conformes que dêem de todo o panorama, uma interpretação também mais risonha.

Até gostaria que tivessem razão, ou que este texto pelo facto mesmo de ser divulgado, servisse para ajudar a libertar atitudes que de certa maneira o esvaziassem de sentido.

Outro sentido então ganharia, e melhor.

1991: Tudo na mesma, as coisas continuam a mudar



Projecto para os Anfiteatros de Agronomia, Lisboa (M. Graça Dias/Egas J. Vieira)

Paulo Varela Gomes

Só nos últimos dois anos começaram a ser evidentes as primeiras consequências arquitectónicas da adesão de Portugal à CEE; são, grosso modo, de três géneros:

- lançamento de grandes programas custeados por dinheiros europeus (programas escolares, no essencial);
- lançamento de novos instrumentos de planeamento urbano que as normas comunitárias tornaram necessários;

- presença crescente no país de construtores estrangeiros (e também já arquitectos).

É perversível que este último factor se acentue e que comecem a surgir consequências palpáveis do segundo. Um quarto factor marcará no futuro a sua presença: a revisão dos currículos e do tipo de formação dispensado nas escolas de arquitectura (já virá muito atrasado, claro). O debate sobre este tema apenas começou a adquirir alguma proeminência este ano.

Em 91 não sucedeu nada de especialmente significativo no que diz respeito a estes vários factores de mudança: a construção de grandes programas escolares, ou a realização de importantes concursos a eles dedicados, continuam a marcar o panorama arquitectónico: Instituto Politécnico de Viana do Castelo (construção da Esc. Sup. Agrária de Refóios), Universidades do Porto, Aveiro e Técnica de

Lisboa (concursos para Economia e Veterinária nesta última), Esc. Sup. de Tecnologia de Tomar, Esc. Sup. de Educação de Setúbal (finalização das obras), Inst. Politécnico de Bragança (concurso), Agronomia de Lisboa, etc.

Realizaram-se também outros concursos que, como alguns dos que acabo de citar, podem vir a ter consequências interessantes do ponto de vista das linguagens e orientações da arquitectura portuguesa actual: Banhos de S. Paulo, Câmara Municipal do Seixal, e a abertura do importantíssimo concurso por convites para a ampliação do Palácio de S. Bento em Lisboa, por exemplo.

No que respeita ao planeamento urbano, o facto decisivo do ano foi a finalização de alguns trabalhos VALIS. Recuperando heranças metodológicas e preocupações vindas dos projectos SAAL (especialmente os do Norte, por paradoxal que possa parecer) e de obras como a da Malagueira, juntando-lhe um contributo importante da geografia (Jorge Gaspar), as equipas VALIS estão a levar a cabo uma interessante revisão de pressupostos.

Sendo ainda cedo para se conhecer o desenrolar completo deste processo, é necessário prestar atenção ao VALIS e à crítica feita à sua acção por Nuno Portas na "Sociedade & Território" (revista que continua a firmar os seus créditos como instrumento de reflexão indispensável).

O lado negativo desta atenção ao planeamento tem sido representado por muitos PDMS, pelos PROTs de algumas regiões e áreas metropolitanas, que tardam em tomar boa nota das novas orientações. Sucede o mesmo com algum do planeamento camarário de Lisboa (DCH).

A edição de um número da "Casabella" dedicado à arquitectura portuguesa e a circulação europeia da exposição do Chiado, marcam o continuado interesse que a arquitectura portuguesa desperta na Europa - embora excessivamente centrado em volta da figura de Álvaro Siza.

Arriscando uma previsão polémica, diria que esse interesse está em declínio. Perante centros de reflexão e prática tão fortes, dinâmicos e inovadores como é hoje, por exemplo, a Catalunha (e como se arrisca a ser, de novo, a Escandinávia), a arquitectura portuguesa como um todo atravessa uma fase de hesitação, compromisso e atraso tecnológico, de onde se desprendem apenas valores individuais isolados.

Relacionada com as reflexões que esta "previsão" pode suscitar esteve o mais importante acontecimento cultural do ano no campo da arquitectura: a exposição de Serralves. Apesar de todas as críticas de que foi alvo, esta exposição entrará na História da arquitectura moderna portuguesa como balanço final de toda uma época. A exposição da Europália, por seu lado, procurou apenas ser um "retrato" não auto-iludido sobre a realidade de hoje nas suas contradições.

Permitindo a reavaliação (e a revalorização) da nossa arquitectura dos anos 60 e a redefinição da já ultrapassada diferença Porto/Lisboa; a exposição de N. Portas/M. Mendes ganharia em suscitar reflexão aprofundada sobre os problemas culturais do enraizamento e da internacionalização, sobre as relações entre projecto e construção, sobre o planeamento urbano em época de viragem - três temas decisivos para o final do século em Portugal.

A Trienal de Milão é uma prestigiada manifestação cuja origem e historial se mistura com as transformações culturais e produtivas da nossa contemporaneidade. Desde 1923 (inicialmente Bienal de Monza) que as sucessivas realizações apresentam e interrogam a relação entre a Indústria e o Mundo Moderno e as mutações que a Arte e Técnica sofrem em mútua influência.

XVIII Trienal de Milão

Breve apresentação da representação portuguesa

Michel Toussaint

Algumas das suas edições figuram já na História da Arquitectura e do Design, como a de 1933, que construiu várias habitações tipo no adjacente parque Sempione, com obras de Le Corbusier, Loos, Mendelshon, Gropius, Hoffman, Dudok, Wright, Melnikov, Lurçat, Perret e Mies van der Rohe, como a de 1940, sujeita à produção em série, ou ainda como a de 1947, que promoveu a construção de um bairro experimental em Milão (QT8) explorando projectos de habitação operária. Em 1988, a última edição foi dedicada às "Cidades do Mundo e futuro das Metrópoles" com a participação de países de todas as partes do Planeta.

O tema da XVIII Trienal, "A vida entre as coisas e a Natureza: projecto e desafio ambiental", coloca-se no centro de preocupações contemporâneas, mas, felizmente, deixa uma grande abertura à sua interpretação.

Portugal nunca participou em nenhuma das manifestações da Trienal de Milão. Esta é a primeira vez. E foram precisos bastantes esforços da organização para que alguém por cá se interessasse verdadeiramente.

A Associação dos Arquitectos Portugueses, depois de um contacto directo da Embaixada de Itália, resolveu levar a bom termo a representação nacional, sobretudo porque a Trienal de Milão desenvolveu-se sempre numa forte perspectiva arquitectónica e agora, que o destino europeísta do País se afirma em paralelo com uma ambição mundial, esta será uma oportunidade para que a Arquitectura Portuguesa se apresente, explorando o tema da manifestação de 1992 com sentidos

seus, através da exposição de obras construídas que ilustram esses mesmos sentidos.

Mas, conforme as condições de partida (tempo curto, capacidades financeiras limitadas), haveria que desenvolver um projecto que tivesse a simplicidade e a clareza compatíveis com as possibilidades oferecidas e que não traisse nem o tema da XVIII Trienal, nem a qualidade desejável. Deste modo, foi nomeado um Comissário que gizou um projecto/método de modo a garantirem-se aqueles dois objectivos, tendo-se igualmente criado uma Comissão Executiva de apoio.

Esse projecto/método definiu-se em torno de um objectivo: apresentar cinco obras de arquitectos portugueses que ilustrassem o tema da XVIII Trienal num espaço de 50 m². Para lá se chegar foi nomeado um Júri que reflectisse nesse tema, escolhesse as cinco obras e, paralelamente, organizasse um pequeno concurso para o pavilhão a ser construído em Milão, entre cinco jovens arquitectos convidados.

Das discussões em torno da interpretação do tema "A vida entre as coisas e a Natureza:

projecto e desafio ambiental", chegou-se à conclusão que o mais interessante do ponto de vista da experiência dos arquitectos portugueses, seria a relação interior/exterior nos edifícios, particularmente em locais de qualidades paisagísticas naturais evidentes e, em paralelo, a capacidade de criar o sítio a partir exactamente destas premissas. Falou-se também da experiência da Arquitectura Popular/Vernácula, da Arquitectura Militar, do Passado, e da interpretação portuguesa na grande corrente do Movimento Moderno e sua evolução.

Nesta perspectiva resolveu-se encontrar obras que alcançassem um certo espaço de tempo e não apenas realizações recentes.

Temporalmente, a primeira obra escolhida é o PARQUE MUNICIPAL DA CONCEIÇÃO (1957) em Matosinhos, da autoria de Fernando Távora (com as piscinas projectadas por Álvaro Siza), exemplo da vontade de trazer a Natureza para a cidade (o jardim, o parque), exemplo da inserção de novos edifícios nessa "Natureza", numa altura em que o olhar para a Tradição Popular era entendido como fonte de conhecimento e inspiração, e na qual Fernando Távora foi um dos primeiros.

A ESCOLA DE REGENTES AGRÍCOLAS DE ÉVORA (1965) junto ao Convento da Mitra (hoje integrada na Universidade de Évora), de Manuel Táinha, é um notável conjunto arquitectónico de que haverá a destacar o núcleo das aulas no topo de uma elevação constituída por um pátio - praça, envolvido por diversos corpos que multiplicam os pontos de vista sobre a envolvente paisagem, e resultando na notável criação de um sítio habitável.

A PISCINA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR (1985-90) de João Luís Carrilho da Graça com Carlos Miguel Dias, sobranceira à vila, numa encosta, já no meio dos campos, apresenta-se com um pátio que contém as piscinas e cujas paredes são miradouros. Aqui a água, o ar, o fogo (sol) e a terra (envolvente) estão presentes nesse entendimento clássico da Natureza e da Arquitectura também.

A CASA EM MONTARGIL, de Egas José Vieira, recentemente terminada, também

numa encosta inclinada sobre a albufeira de uma barragem, cria terraços, espaços gestualmente abertos à paisagem, enquanto o núcleo mais central da lareira tem uma iluminação zenital e interioriza-se baixando de nível.

Esta casa contém uma complexidade de relações espaciais justificadas pelo face a face Arquitectura/Natureza.

A CASA DR. MÁRIO ALVES de João Álvaro Rocha e Maria da Conceição Melo, no Norte de Portugal, igualmente numa encosta, prolonga-se perpendicularmente às curvas de nível, começando muito baixa e acabando com dois pisos, atirando-se à paisagem por meio de planos horizontais e verticais em betão ou em blocos de granito que deixam espaços abertos entre si, ou têm aberturas que são janelas, passagens, portas. A sua abstracção torna-se concreta na integração de materiais naturais (o granito) ou na presença da paisagem arborizada que o envolve.

Para apresentar estas 5 obras, Alberto José Caetano, Rita Filipe e Filipe Alarcão são os autores do projecto que ganhou o Concurso para o pavilhão português. É um todo constituído por paredes e tectos com aberturas e passagens orientadas na relação corredor/janelas exteriores do Palazzo della Triennale, que evoca a Arquitectura por exactamente ser constituído por elementos a ela essenciais.

Agora basta preparar tudo para a abertura da XVIII Trienal de Milão a 6 de Fevereiro de 1992.

ORGANIZAÇÃO/ORGANIZZAZIONE

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES

COMISSÁRIO/COMMISSARIO

Arq^{te} Michel Toussaint

COMISSÃO EXECUTIVA/COMITATO ESECUTIVA

Arq^{te} Maria Ana Silva Dias e Arq^{te} Luis Manuel Pereira

JÚRI/GIURI

Arq^{te} Michel Toussaint, Arq^{te} Alexandre Alves Costa, Arq^{te} Manuel Correia Fernandes, Arq^{te} João Rodeia

SECRETARIADO/SECRETARIATO

Dra. Sofia Reis e Maria de Lurdes Melo

TRADUÇÃO/TRADUZIONE

Rui F. Carvalho e Maria Teresa Guerreiro

PROJECTO DO PAVILHÃO/PROGETTO DEL SPAZIO

Arq^{te} Alberto José Caetano, Arq^{te} Filipe Alarcão, Arq^{te} Rita Filipe

APOIOS/COLABORATORI

Secretaria de Estado da Cultura, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Instituto do Comércio Externo Português

PATROCÍNIOS/SPONSORS

Pavigrès, Technal, Tap Air Portugal, Jorge Alves, DIACONA (Projeções)

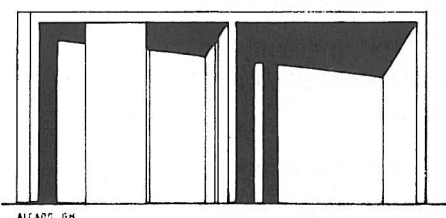
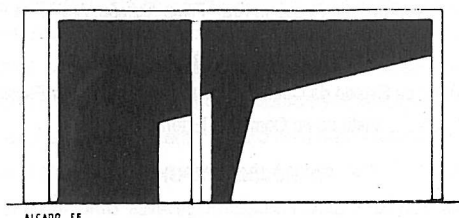
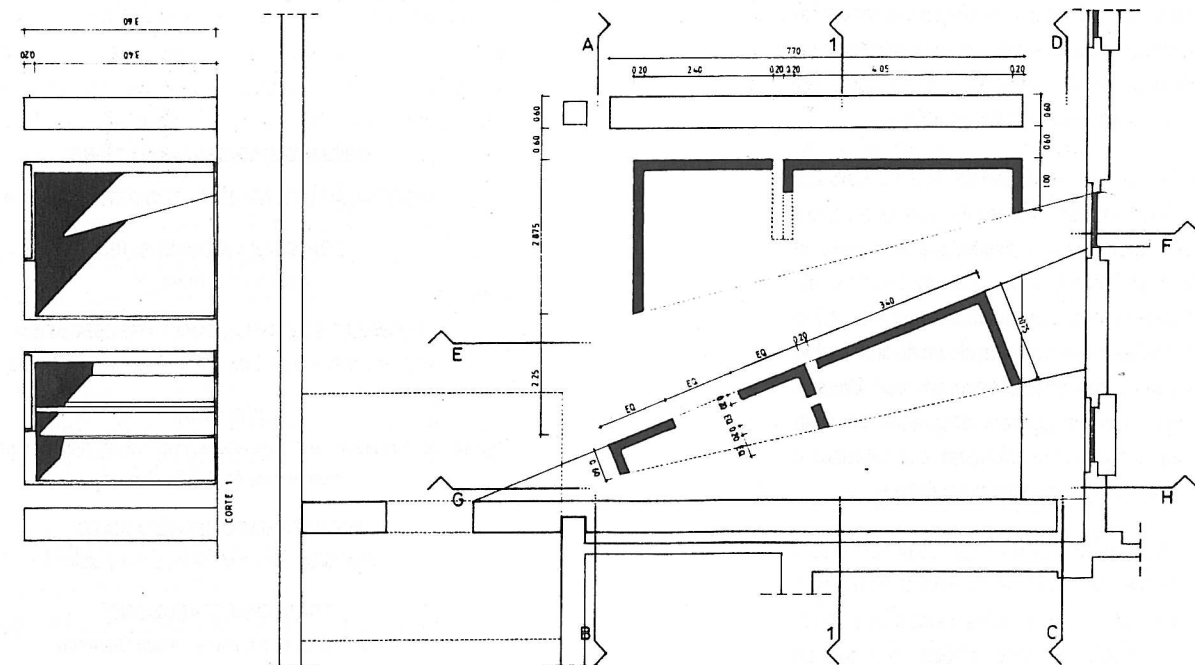
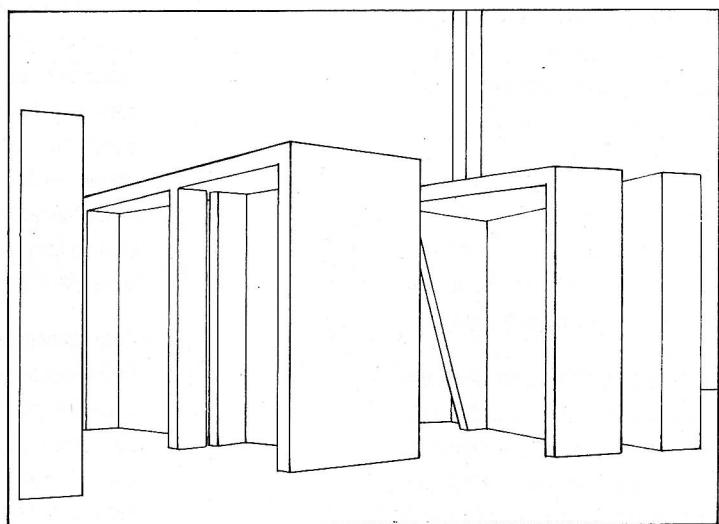
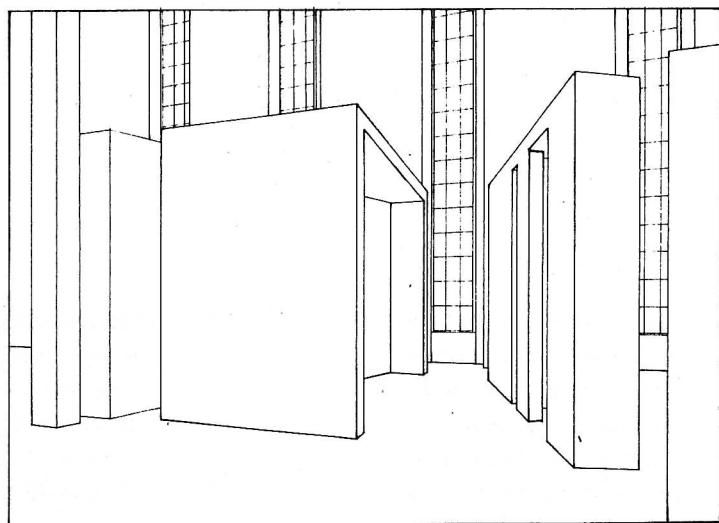
Alberto Caetano
Rita Filipe
Filipe Alarcão

Projecto Seleccionado

A solução que propomos para o arranjo do espaço da representação portuguesa no "Palazzo dell'Arte" em Milão, procura conduzir o visitante ao longo de um espaço em que o percurso surge naturalmente através das duas formas arquitectónicas que apresentamos.

A organização expositiva está condicionada a traçados rigorosos inerentes ao espaço existente, proporcionando ao visitante pontos de vista através do espaço interior para o espaço exterior. Assim, os grandes janelões situados atrás do pavilhão da representação portuguesa constituem importantes elementos verticais, através dos quais vemos o Parque Sempione. As formas arquitectónicas têm como função aumentar a área/perímetro expositivo, procurando no entanto diferenciar e intimizar o espaço individual, para leitura isolada da obra de cada arquitecto.

Procura-se assim proporcionar, através da pureza e simplicidade das formas adoptadas, um espaço metafísico de contemplação apropriado à boa apresentação / observação dos trabalhos.



João Rapagão
César Fernandes
Graça Diogo (Estudante de Arquitectura)

A estruturação da ideia tem como estímulo o "corpo" desenhado por Aldo Rossi para o Palazzo dell'Arte, a propósito da XVIII Triennale di Milano.

A localização da Secção Portuguesa entre dois muros desse "corpo", um, partilhado com a Checoslováquia e caracterizado como limite com continuidade, outro que parece acompanhar um percurso contínuo comum a outras secções, surge, simultaneamente, definida e exposta. Esta situação obriga à conciliação de dois actos distintos - estar e circular -, difíceis de conciliar pelo facto do atravessamento ser alheio ao interesse de quem está.

Defende-se a globalidade do espaço, para exposição porque o tema é um só - Natureza / Cinco Obras de Arquitectura. Por outro lado, as dimensões do espaço eliminaram, pouco a pouco, todos os muros interiores.

A solução apropriou-se dos muros propostos por A. Rossi como limites, estruturais, físicos e visuais, enquanto elementos que conferem a unidade às secções presentes na mostra.

Pretende-se, ainda, a visualização simultânea dos dois muros como factor dessa unidade, na Secção Portuguesa.

Como duas frentes, com diferentes identidades, surgem como últimos planos dos cinco painéis e das três maquetes.

Enquanto arquitectura, apesar de efémera, define um espaço com interior, exterior e uma grande fluidez que dilui a ocupação daquele lugar.

A grande "entrada" marca o eixo que cria a ordem interna.

Cumprindo esta ordem, e surgindo naturalmente da altura dos muros "existentes" - 3,6m -, marcam-se os valores métricos das séries do Modulor de Le Corbusier com cores pastéis.

Daqui, ficam as referências para os diferentes elementos que participam na composição do espaço.

A longitudinal que estrutura o desenho na relação transversal das cinco obras expostas, alinhadas ritmicamente.

Das cinco arquitecturas, três - as centrais - estão acompanhadas com maquete.

Cada obra dispõe de um vão.

A protecção faz-se com a duplicação dos planos rígidos transparentes destinados à colocação dos elementos desenhados e gráficos.

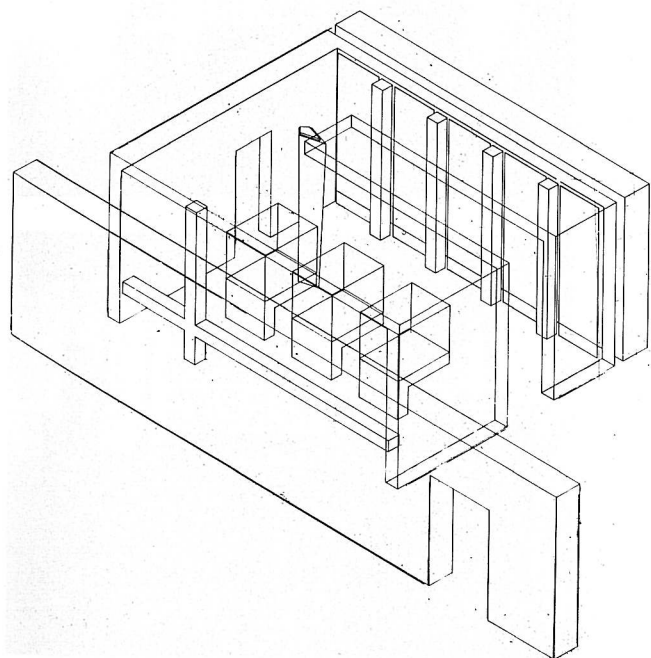
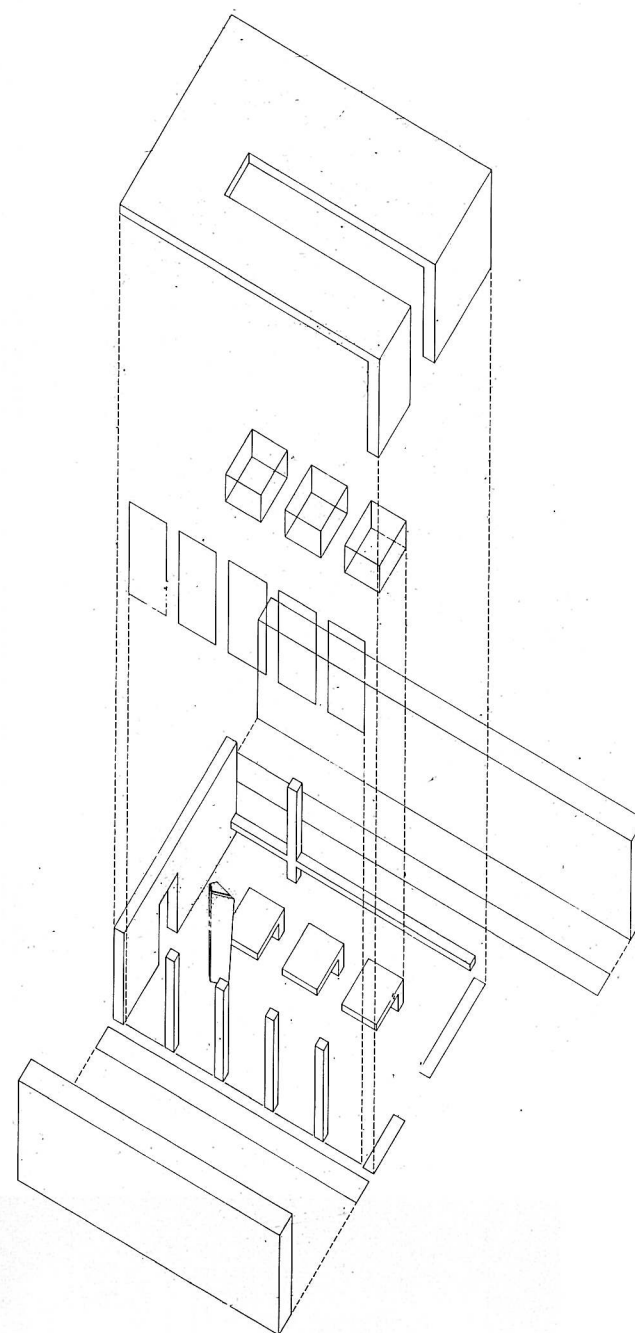
Volumes transparentes cobrem as maquetes.

Os alçados propostos - considerando "existentes" os muros implantados por A. Rossi - constroem-se no alçado principal, a propósito da entrada e, no menos importante, a propósito do percurso que margina o espaço da representação portuguesa.

Este percurso procura, ao longo do muro, clarificar a ambiguidade propositada da sua identidade. A solução propõe, no entanto, com alguma clareza, a sua absorção pelo espaço proposto.

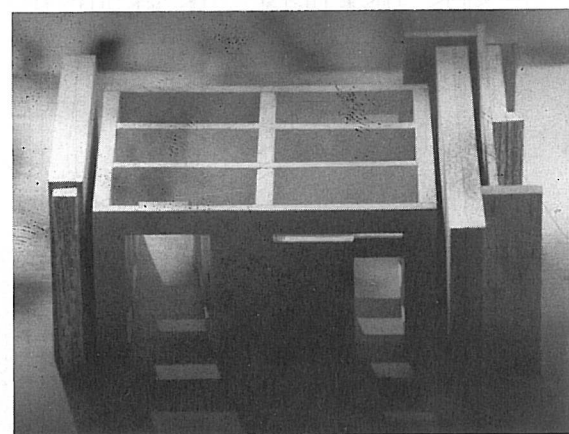
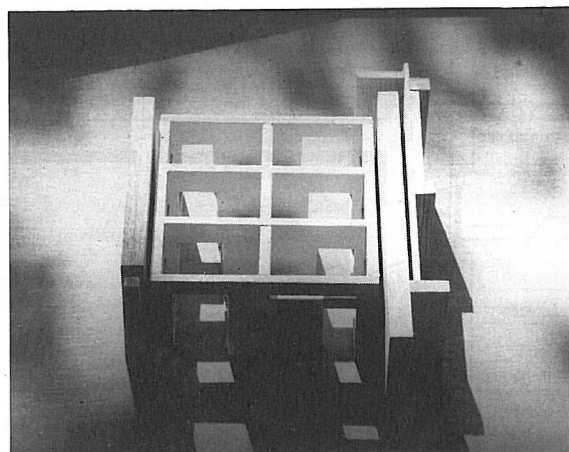
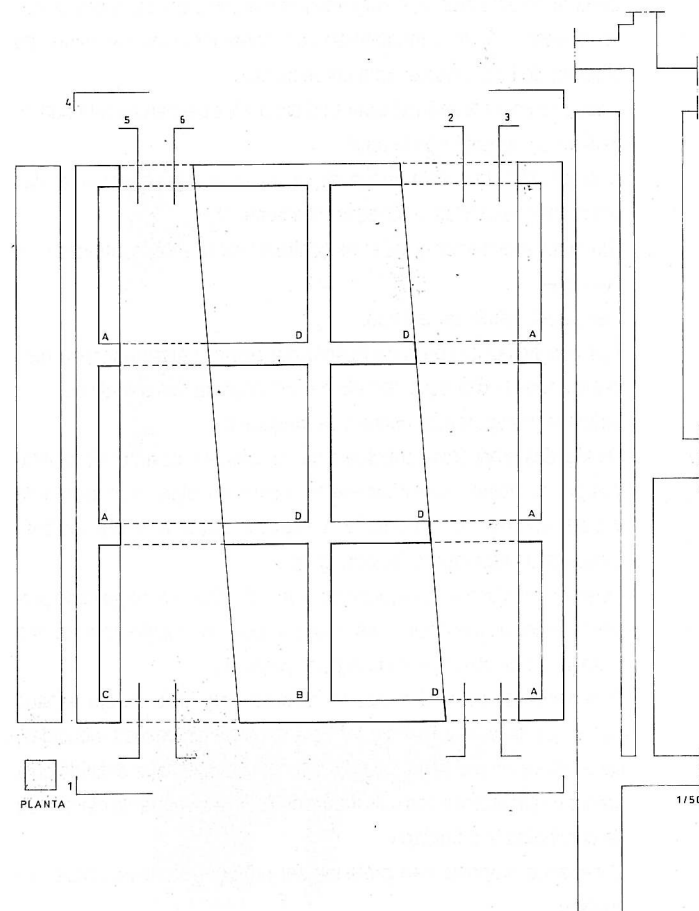
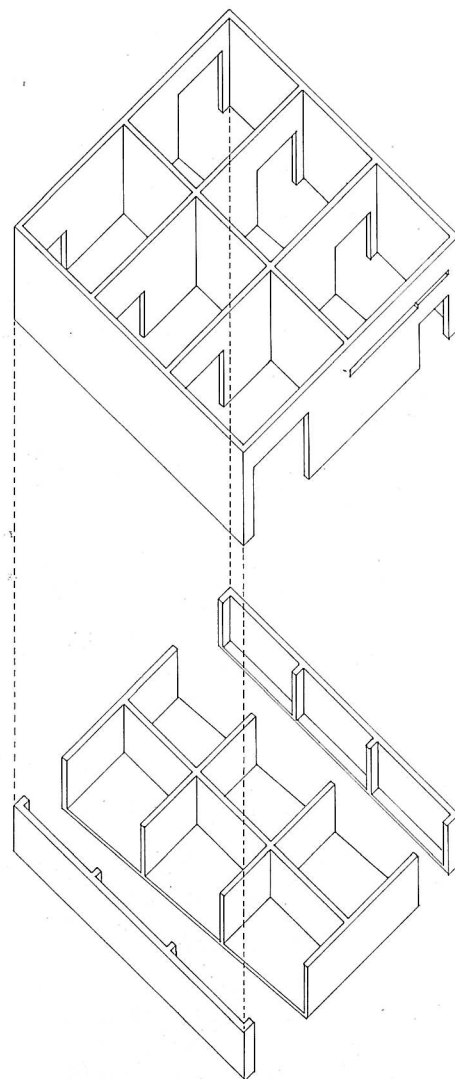
O desenho proposto fica, assim, definido pela ideia de um espaço global que procura a grande escala a partir de dimensões reduzidas, capaz de acolher o tema da XVIII Triennale di Milano, e definido pela presença simultânea dos dois muros de A. Rossi, enquanto elementos de continuidade e unidade.

O desenho proposto não pretende ser protagonista mas, antes, um suporte.



Fernando Hipólito - *Arquitectura*
 Raul Santos - *Arquitectura (colaboração)*
 Perez da Graça - *Electricidade*
 Filipe Castro - *Construção*
 Paulo Valente - *Fotografia*

Os comboios são máquinas de fascínio.
 Prefiro-os divididos, arrumados e eficazes.
 Isolado, é nesses compartimentos que arrumo ideias.
 Compartimentos e ideias que se transmutam num espaço de exposições,
 onde corredores definem acessos e obras arrumadas.
 Corredores que se entortam em falsas perspectivas e orientam percursos.
 Caminhos a percorrer, caminho-de-ferro que atravessa paisagens.
 Natureza retratada sucessiva e compassadamente, na rápida janela da viagem.
 Imagens que se retêm na nossa memória.
 Memória de uma natureza ilimitada, livre e selvagem.
 Cartesianamente, desafio o território disponível.
 Aproprio uma nova realidade, descolo um espaço descomprometido e respeitador.
 Autónimo, branco e estável.
 Curioso, pela segurança da arrumação.
 Amaneirado, pela deformação tridimensional.
 Logo surgem palcos de atenção e interesse, onde as obras se descobrem.
 Junto, expõem-se madeiras claras e macias.
 Planos de uma natureza perdida que anota alvas neutralidades.
 Natureza mediada pela arquitectura.
 Uma árvore é o artifício final.



João Mendes Ribeiro
 Guilherme Páris Couto
 José António Bandeirinha

A água marca, como sempre marcou, o limite. É a fronteira. O contacto iniciático com a natureza encerrada.

A harmonia com a natureza trás sempre oculta a bífida vontade de a controlar. De lhes esventrar as montanhas e de lhe desbastar as matas em demanda dos materiais *naturais*. Depois vem a terra e vem o céu.

A terra é glosada pela ardósia negra e rugosa. O céu é de luz.

A obra intromete-se entre o céu e a terra.

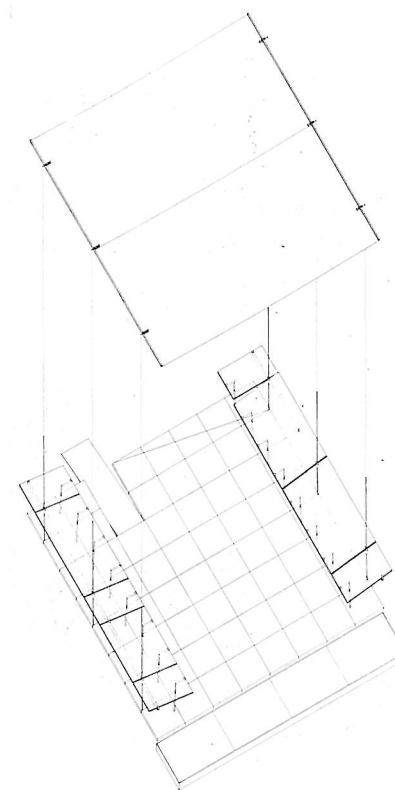
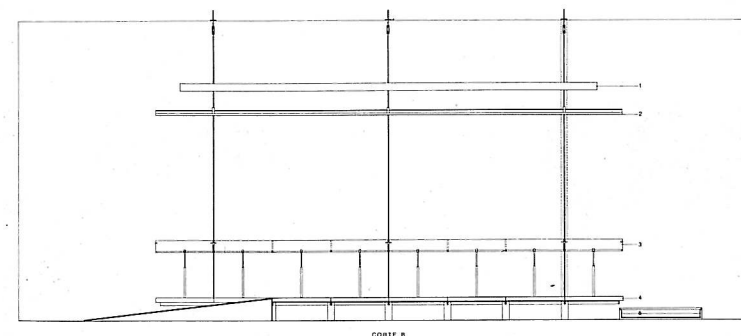
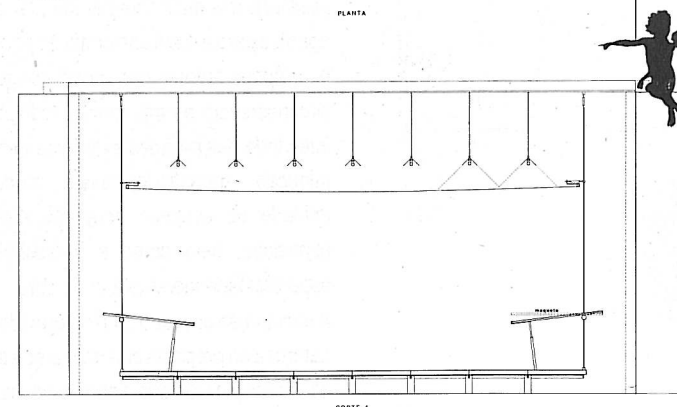
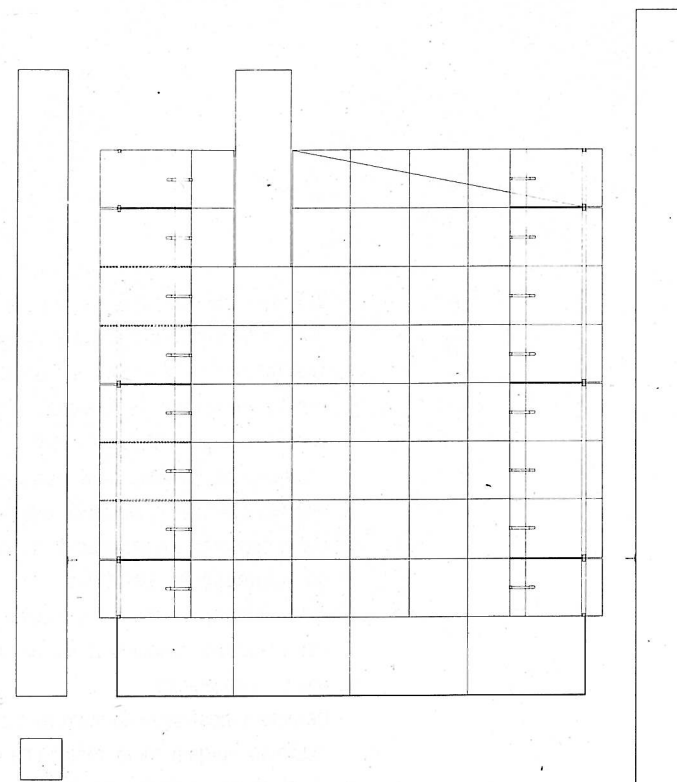
Subsiste, transparente, ainda não como obra, mas como representação dela.

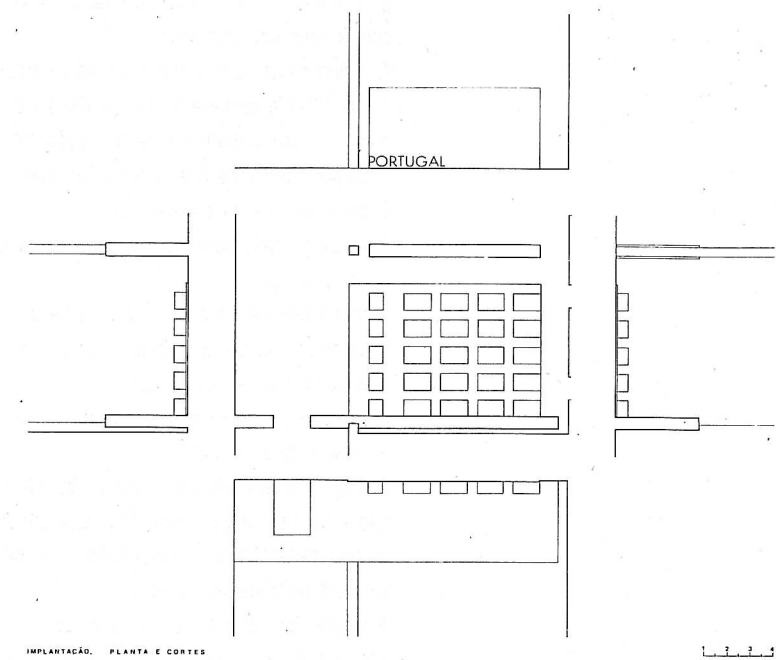
Duplamente expositiva por quanto expõe a representação da obra.

A arquitectura instala-se *sob* a luz. Nunca deixa, porém, de se pressentir a terra através da sua cristalinidade. E a arquitectura também vai modular o espaço, a terra.

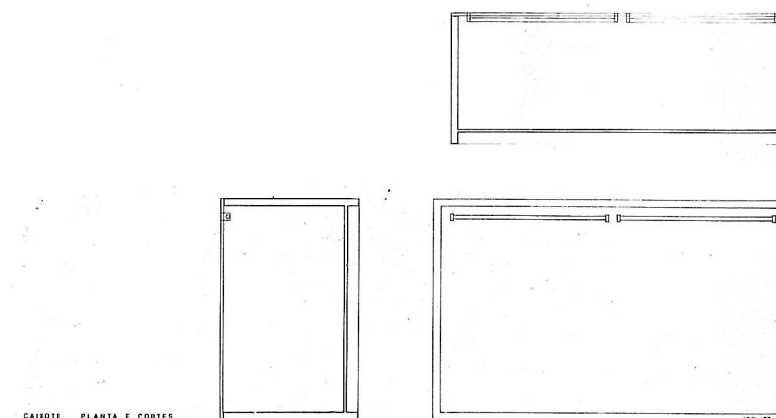
A arquitectura aproxima o céu e a terra.

Sonhámos que não tocava em nenhum deles.



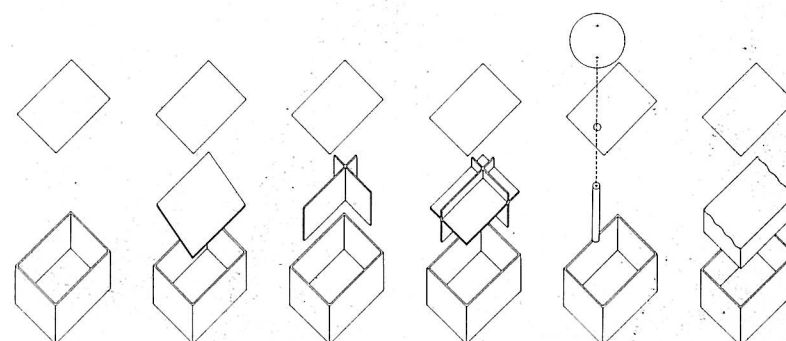


IMPLANTAÇÃO, PLANTA E CORTES



CAIXOTE, PLANTA E CORTES

HIPÓTESES DE APROPRIAÇÃO, AXONOMETRIAS



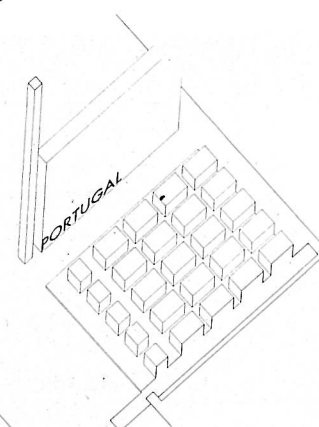
Pedro Maurício Borges
Manuel Figueira

Uma malha rigorosa de paralelepípedos de madeira com tampo de vidro laminado, referenciada às paredes que estruturam o espaço reservado a Portugal, garante a coesão da representação nacional.

A frente de caixotes mais pequenos, com monitores de vidro incorporados identificam as obras expostas, acrescentando o movimento às dimensões estáticas das peças comumente apresentadas: o facto de estarem destacados das respectivas filas hierarquiza e orienta a instalação.

Perante a indefinição do material a expor, os "caixotes" surgem como fronteira de espaços passíveis das mais diversas intervenções. Os agentes para a sua transformação poderão ser os próprios autores das obras, conquanto se circunscrevam ao interior dos "caixotes" não intervindo nas paredes exteriores nem na iluminação, garantindo, deste modo, uma unidade do conjunto enquanto suporte da exposição, bem como a particularidade e especificidade inerente a cada obra.

A construção do plano horizontal evidente pela natureza da proposta concretiza-se em lajetas de betão pigmentado sobre uma esteira de espuma de polietileno definido o suporte da implantação.



"PAPEL VEGETAL CANSON : À ALTURA DOS VOSSOS PROJECTOS"



Uma inovação técnica, um novo "design"... um avião, um edifício, um telefone com memória... são os sonhos que fazem progredir a realidade! Com o papel vegetal CANSON, a vossa criatividade e o vosso talento ficam libertos de toda a inibição. Com a sua qualidade inalterável, o papel vegetal CANSON permite que "se esqueça dele", colaborando assim, à sua maneira, na realização do vosso único objectivo: o sucesso do vosso projecto.

O papel vegetal CANSON tem uma transparência, uma resistência à raspagem e uma facilidade de arranque que são realmente perfeitas. De 40 a 110 g/m², em folhas, blocos, resmas ou rolos, o papel vegetal CANSON estará sempre "à altura dos vossos projectos".



CANSON®

A BASE EFICAZ DE TODOS OS PROJECTOS.

Representante para Portugal e Ilhas
ARTUR WESTHEIMER LDA. - Largo Cristóvão da Gama, 10-B Damaia de Baixo - 2700 AMADORA.

Ao percorrer a exposição "CASSIANO BRANCO E O EDEN", por entre as entranhas do que ainda resta do antigo EDEN, tanto esse fantasma, feito pedra e cal da Lisboa de 30 e 40, como material exposto, despertaram em mim duas reacções diversas, se num primeiro tempo, elas me pareceram incompatíveis e contraditórias, num segundo tempo acabaram por se completarem uma em relação à outra.

Aqui, como aliás em tudo na vida coexistem dois mundos duas razões, as razões da "cabeça" e as razões do "coração".

Cassiano Branco e o Eden

Alexandre Marques Pereira

A primeira reacção mais racional ou fria, como lhe quiserem chamar, foi de negar em absoluto alimentar esse "mito", que se quer criar à volta de Cassiano, como tendo sido um "Arquitecto Modernista incompreendido e perseguido".

Mas antes de continuar sobre Cassiano, queria abrir um parêntese, para dizer duas ou três coisas breves, sobre essa História mal contada entre nós, do modernismo de que aliás tanto se fala a propósito de Cassiano e a Exposição.

Fala-se muito em modernismo, nomeadamente em Arquitectura modernista, eu sempre que ouço falar numa coisa ou outra, pergunto-me, de que modernismo se está a falar? (pois eu sou daqueles que acredito que modernismos houve muitos, ou se calhar não houve nenhum).

- Está-se a falar do Expressionismo dum Bruno Taut, dum Poelzig ou (Fritz Lang)

- Está-se a falar do neo-plasticismo dum Van Doesburg, dum Rietveld ou (Mondrian)

- Está-se a falar do futurismo dum Sant'Elia ou (Marinetti)

- Está-se a falar do construtivismo dum Melnikov ou (Rodchenko)

- Está-se a falar dum Corbusier, dum Mies dum F. Lloyd Wright, dum Aalto, etc, etc, etc....

Porventura quando se fala em modernismo ao nível da Arquitectura, só se fala numa fracção ínfima, do que foi na realidade, esse universo da "ARQUITECTURA MODERNA", ou seja aquilo que certa crítica militante e redutora, apelidou de "Internacional-Style".

Resumindo penso ao contrário do que muito boa gente nos quer fazer crer, que a Arquitectura Moderna sempre foi ontem como hoje, um movimento heterogénio, pluralista e muita das vezes contraditório. Por outro lado penso, também que a Arquitectura Moderna, não é sinónimo de vanguarda, pois houve muita Arquitectura Moderna, que não foi de vanguarda. Se isto parece uma evidência ou um sofisma, reforço a nota lembrando Arquitectos Modernos, que optaram antes pela continuidade, a tradição, o ofício tais como Loos, Asplund, Behrens, etc.

A modernidade não tem portanto a marca exclusiva da ruptura, nela cabe também, cada vez mais a continuidade.

A ruptura essa sim é sinónimo de vanguarda, e mais ainda, se gostarmos de rotular as coisas, ruptura poderá ser também sinónimo de "modernismo", que é repito completamente diferente de "ser Moderno". Mas isto são outras Histórias para outros tempos e lugares, que não este.

Fechando o parêntese e continuando com Cassiano e o dito "modernismo Português", ao olhar as obras e projectos expostos na dita Exposição, só me lembro de 2 projectos, no máximo, que podem ser considerados verdadeiramente "modernistas", ou seja dois projectos aonde Cassiano assumiu uma atitude clara e inequívoca de ruptura, a todos os níveis. O restante da obra de Cassiano, anda à roda do "art-Deco" do "Português-Suave", do "Neo-Vernacular" ou do "Neo-qualquer coisa", isto não implica da minha parte qualquer juízo de valor, pois também é inegável, que Cassiano conseguiu de quando em quando, momentos de qualidade e virtuosismo acima de qualquer suspeita, isto em qualquer dos "Estilos".

Voltando um pouco atrás, Cassiano, como todos os Arquitectos Modernos Portugueses, nunca assumiram em pleno a sua modernidade, isto na minha opinião claro, e reforço Cassiano não foi excepção, como aliás a História o veio provar. Esta falta de convicção generalizada deriva de vários lados:

Em primeiro a Arquitectura Moderna, foi duma forma geral fruto das sociedades industrializadas, ou com vontade de o serem. As várias correntes da Arquitectura Moderna, assumem duma forma ou doutra, uma posição consciente e crítica face a essa industrialização e a toda a super-estrutura capitalista, quer seja a favor, quer seja contra, e a partir daí "constroem" as suas utopias, tanto vale a utopia do futuro como a utopia do passado.

Ora o Portugal de então estava longe de ser uma sociedade industrializada, e como é sabido o Estado-Novo principalmente Salazar, nutria uma fobia quase doentia contra a industrialização.

Em segundo lugar, se a condição periférica de Portugal, já consistia um "handicape" de peso, pois convém lembrar que nos anos 30 e 40, a informação rolava a um ritmo, bem mais lento e "penoso", por outro lado o isolamento e a mentalidade provinciana vigente, vieram reforçar a dificuldade em saber, o que na verdade se passava por esse mundo fora. Em último lugar, lembraria aqui, uma incapacidade quase congénita,

entre os Arquitectos Portugueses, de aliarem a Prática à teoria, ou seja a Arquitectura Portuguesa não tem, nunca teve um campo teórico, uma consciência, ou várias consciências, nós os Arquitectos Portugueses somos orfãos de pai ou de mãe.

Este facto terá concertiza razões históricas profundas, que não interessam para aqui, o que interessa hoje e aqui, é notar a diferença, já que a ausência da dita consciência, é o primeiro passo para claudicar ao primeiro embate, foi o que aconteceu com todos os Arquitectos Modernos Portugueses sem excepção.

E aqui não se diga, que foram perseguidos para justificar as suas "cedências". Perseguidos foram as vanguardas soviéticas e não cederam, ou então cederam dramaticamente como é símbolo o suicídio de Mayakosky, perseguidos foram os "Modernos" alemães, que na sua maioria ti-veram de emigrar, para não abdicarem dos seus ideais, perseguido foi o modernismo Catalão e não se evaporou por via disso, etc. etc.

É aqui que caberá juntar uma nota em relação à Formação pois é notório, que a primeira geração de Arquitectos Modernos Portugueses, nunca conseguiu ou se calhar nunca quiseram, romper com a sua formação Académica e Classizante, no pior sentido dos termos, formação essa baseada em exercícios de Estilo, na retórica, como pilar da composição

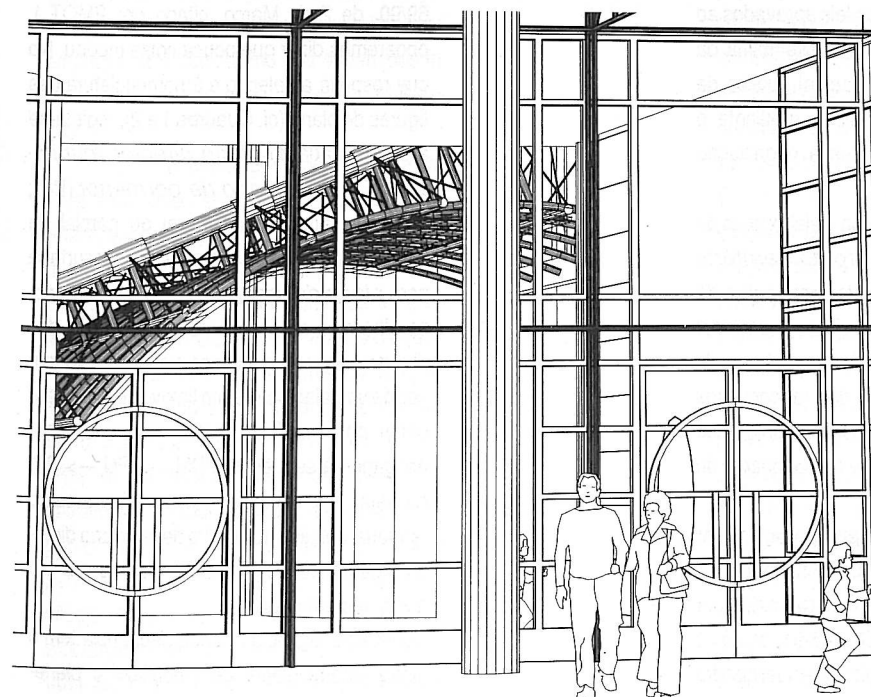
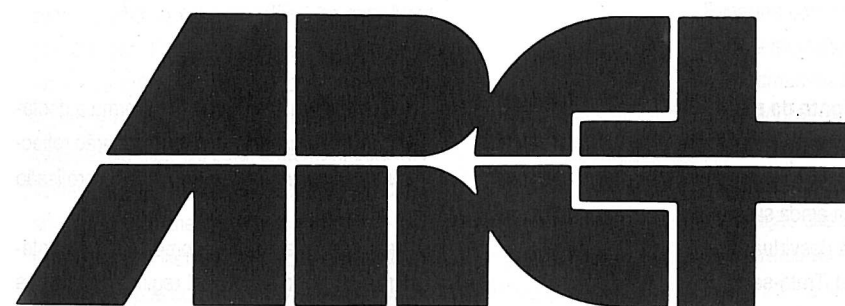
Arquitectónica, e no virtuosismo do desenho como escape às falhas no campo conceptual.

Isto é bem patente em Cassiano, pois mesmo, quando Cassiano projectava em "Estilo Moderno", a ruptura à composição simétrica à retórica, monumentalidade, nunca se chega a consumir em pleno.

A segunda reacção à Exposição é uma reacção, mais "sentimental" diria, é a nostalgia duma Lisboa que eu não vivi, mas tive alguém que me contou como foi, alguém desse "tempo", que me soube transmitir o amor por essa Lisboa, foi o reconhecer o cheiro desse tempo, as conversas de então, o Tempo desse tempo.

A nostalgia dum Tempo em que se construía para sempre, o conforto das casas, das paredes grossas, os corredores espaçosos, a nostalgia das portas de ferro, dos Átrios de Mármore, dos Cromados, das Ruas, das Praças e Jardins de Lisboa.

A certeza de que não será preciso, provas que Cassiano foi um "Arquitecto Modernista Genial" para nós gostarmos de Lisboa de Cassiano, se calhar ainda bem que ele não foi tudo isso. Terminaria com a convicção de que em Arquitectura não existam génios, pura e simplesmente existem obras bem conseguidas e obras mal conseguidas, pois acima de tudo a Arquitectura é obra colectiva, ao contrário da música da pintura ou da escultura.



ARQUITECTURA
ASSISTIDA POR COMPUTADOR

TRIDIMENSIONAL
SOFISTICADA
PODEROSA

*preços
especiais*

APLISOFT

Av. São João de Deus, 23, 6ºB, Dto. 1000 Lisboa
Tel. 847.34.68 a 73 Fax. 848.99.47

Novembro de 1991 será provavelmente recordado como um marco do urbanismo português. Para tanto, bastaria a publicação dos novos regimes de licenciamento municipal de obras e de urbanizações particulares. O carácter marcante desta reforma não resulta apenas da importância atribuível às duas principais modalidades de transformação do território. Advém também da atitude inovadora do anterior Governo, apostado em eliminar velhas rotinas na apreciação dos projectos. A AAP teve oportunidade de participar no debate das soluções agora consagradas, procurando fazer valer um argumento desde sempre repetido pelos arquitectos: a melhoria do ordenamento do território passa necessariamente pela dignificação do projecto de arquitectura. Tal implica maiores responsabilidades para o arquitecto, devendo a lei respeitar a autonomia do seu trabalho dentro de limites claramente balizados por normas urbanísticas legitimadas e publicitadas.

1991: Ano Zero de um Novo Urbanismo?

A propósito da reforma do licenciamento municipal

Fernando Gonçalves

Ponto da situação

De um modo geral, é no sentido da responsabilização do arquitecto que se encaminham as novas regras do licenciamento. Contudo, no âmbito da normativa urbanística ainda subsistem algumas zonas obscuras, circunstância que poderá desvirtuar a passagem à prática das reformas gizadas na folha oficial. Trata-se de uma situação tanto mais preocupante quanto é certo que o Governo está limitado na sua capacidade de apreçoar decretos-leis aprovados ao abrigo de autorizações legislativas concedidas pela Assembleia da República. Assim, certas lacunas detectáveis no actual quadro de planeamento municipal só poderão de ser reparadas mediante o concurso do parlamento, com os atrasos inerentes à negociação política que tal via pressupõe. Felizmente, o actual Governo incluiu no seu programa a elaboração de um projecto de *Lei de Bases do Ordenamento do Território* a apresentar à Assembleia da República. Anunciado como pedra de fecho da reforma da legislação urbanística, este projecto deverá ser sujeito a discussão pública, sendo então oportuno fazer o balanço da aplicação dos novos diplomas e o levantamento dos mecanismos jurídicos que merecem ser melhorados. É tendo por horizonte esse debate que alinhamos algumas considerações sobre o novo quadro do planeamento e licenciamento municipal.

Reurbanização do plano de pormenor

Antes de examinarmos os novos regimes de licenciamento municipal das obras particulares (DL 445/91, de 22 de Novembro, citado por LMOP) e das operações de loteamento urbano (DL 448/91, de 29 de Novembro, citado por LMOLU), convém esquematizar o actual quadro

do planeamento municipal, por forma a destacar algumas insuficiências que poderão reflectir-se negativamente no exercício da profissão de arquitecto.

Numa primeira análise, comparando o anterior sistema com o actual regime dos planos municipais de ordenamento do território (DL 69/90, de 2 de Março, citado por PMOT), poderemos dizer que pouca coisa mudou. No que respeita ao elenco e à nomenclatura das figuras de plano (cf. Quadros 1 e 2), regista-se a continuidade do *plano director municipal* (PDM) e do *plano de pormenor* (PP); apenas o antigo plano geral ou parcial de urbanização viu a sua designação encurtada para *plano de urbanização* (PU). Contudo, se olharmos ao posicionamento relativo das diversas figuras, podemos verificar que, em vez de um relacionamento flexível, o legislador optou por um rígido sistema em «árvore», obrigando à sequência PDM → PU → PP, ou seja, não admitindo que o ordenamento territorial definido no quadro de um plano director seja imediatamente desenvolvido por um plano de pormenor.

Conquanto lógica, a referida sequência tem o grave inconveniente de «afunilar» o plane-

amento de pormenor municipal, afastando-o das áreas rurais (PMOT: 9º, 4). Esta solução não se enquadra nas actuais técnicas de planeamento urbanístico, as quais se esforçam por tratar, com igual dignidade, o espaço rural e o espaço urbano. De facto, ligar o PP apenas ao PU significa, na prática, discriminar as áreas rurais em relação às áreas urbanas e considerar que aquelas apenas merecem disciplinadas mediante um grosseiro macrozonamento do território. Em termos técnicos, isto significa que os municípios, preocupados com o ordenamento das edificações rurais e com a valorização do património arquitectónico disperso pelos campos, terão de recuar ao Direito Romano e ressuscitar os velhos planos de alinhamento.

Acresce que, numa estrita interpretação da lei, as áreas que os planos municipais classificarem como espaços industriais, espaços culturais, incluindo as zonas de protecção do património arquitectónico, e espaços canais, para implantação das grandes infra-estruturas (PMOT: 28º, 1), não podem ser objecto de PP, uma vez que este apenas diz respeito aos espaços urbanos, de cujo âmbito os demais estão excluídos. Ou seja, uma manifesta infelicidade na redacção da lei faz retroceder o sistema de planeamento municipal a uma situação mais asfíxiante do que a vivida nos últimos tempos do Estado Novo: então, os PP eram declaradamente planos de urbanização mas, em todo o caso, sempre se admitia o seu emprego no ordenamento das expansões industriais e na renovação dos centros históricos.

Urbanização dos loteamentos

Para além dos aspectos que acabamos de referir, importa aqui salientar o seguinte: confrontando o actual regime dos planos municipais com o regime dos loteamentos urbanos agora revogado (DL 400/84), verifica-se que o PP municipal ficavam encerrados no apertado círculo das áreas urbanas, enquanto, salvo disposição especial em contrário, os "PPs" de iniciativa particular - os projectos de loteamento - podiam localizar-se em qualquer ponto do território nacional. Por outras palavras, a lei conferia aos particulares o privilégio de uma ubiquidade que negava aos municípios. Este paradoxal arranjo constituía uma flagrante inversão dos princípios de di-

reito público que deveriam reger o nosso urbanismo. Ora um dos principais méritos do novo regime de loteamento urbano consiste precisamente na reposição de uma certa igualdade entre os PP municipais e particulares, estatuidos, como princípio geral, que «as operações de loteamento só podem realizar-se em áreas classificadas pelos planos municipais de ordenamento do território como urbanas ou urbanizáveis» (LMOLU: 8º). Embora se anteveja difícil a aplicação no terreno do anterior princípio - sobretudo em situações de povoamento disperso -, a verdade é que, no plano doutrinário, a sua consagração constitui um importante passo para o futuro, se desfazer a artificiosa separação entre os regimes de planeamento de pormenor, de iniciativa municipal, e de loteamento urbano, de iniciativa particular. Repare-se que, no contexto da Europa Comunitária tal separação constitui uma originalidade portuguesa. De facto, das duas uma:

- ou as urbanizações particulares formalmente não existem, sendo o seu espaço ocupando por PP municipais em cuja elaboração é assegurada a participação dos proprietários, dos promotores, etc., e é isso que sucede na Dinamarca, na Holanda e na Alemanha;

- ou a lei reconhece aos particulares a faculdade para elaborarem planos equiparáveis a PP - sujeitos, obviamente, à aprovação dos municípios -, e é o que acontece em França com os *plans de lotissement*, em Itália com os *piani di lottizzazione* e em Espanha com os *planos parciales de ordenación*.

Para já não falar nas questões que se prendem com a ilegitimidade de as mesmas matérias serem sujeitas as normas jurídicas diferentes, a coexistência de dois regimes de planeamento de pormenor cria inúmeros problemas de ordem urbanística. Destacaremos apenas um aspecto relacionado com o tema da participação. Sabido que a aprovação das iniciativas particulares é entregue à câmara municipal e subtraída ao órgão deliberativo do município (LMOLU: 13º, 1; cf. PMOT: 3º, 2), que espaço e significado atribuir à participação das populações no licenciamento dos loteamentos urbanos? Nessas condições, tal participação ficará tendencialmente reduzida à defesa de interesses individuais, uma vez que a assembleia municipal se vê impedida de fiscalizar a actividade licenciadora do órgão executivo do município e, por conseguinte, de veicular os pontos de vista daqueles que pretendem defender os interesses da cidade.

Em contraste com a forma desatenta como encara a "tutela" que todo o cidadão tem o legítimo direito de exercer sobre os órgãos que elegeu, o legislador manifesta um grande à vontade no modo como lida com a tutela que a administração do Estado exerce sobre os loteamentos urbanos, enveredando por soluções que permitem ao Governo invadir a esfera de competências próprias das assembleias municipais. Por outro lado, as operações de loteamento promovidas pelo Estado e pelas entidades concessionárias de serviço público são, pura e simplesmente, isentas de qualquer processo de licenciamento (LMOLU: 1º, 2 e 3), o que constitui mais uma originalidade no contexto da Europa Comunitária. Por outro lado, admite-se que, no caso de área não abrangida por plano municipal, a delimitação dos perímetros urbanos dos aglomerados seja negociada entre as comissões de coordenação regional e as câmaras municipais, à margem de qualquer intervenção das assembleias municipais (idem: 41º).

Regulamentos municipais atípicos

A questão que acabamos de aflorar não se colocaria se o legislador tivesse adoptado solução idêntica à consagrada na *Legge urbanistica italiana* (1942): caso não disponham de *piano regolatore generale* - figura equiparável ao nosso PDM - os municípios estão obrigados a completar os seus *regolamenti edilizi con programmi di fabbricazione* (34^a), isto é, com a delimitação das áreas urbanizáveis e a definição dos diversos tipos de ordenamento das edificações. Simplesmente, a legislação urbanística portuguesa manifesta, desde há muito, um grande desinteresse pelos regulamentos municipais de construção, os quais nem ao menos merecem ser nomeados na letra dos diplomas. A reforma do licenciamento municipal insere-se nessa corrente e, por isso mesmo, não tipifica o conteúdo daqueles instrumentos normativos, salvo no caso muito particular da fiscalização das obras (LMOP: 24^a). Quanto ao mais, ficam remetidas para inominados regulamentos municipais matérias tão importantes como:

- os índices urbanísticos aplicáveis em área não abrangida por plano municipal ou alvará de loteamento (Idem: 44^a, 4, a);
- as normas urbanísticas para salvaguarda da estética das povoações e da beleza das paisagens (Idem: 63^a, 1, d);
- as regras para o cálculo da capacidade de serviço das infra-estruturas urbanísticas e da sobrecarga provocada por novos loteamentos (LMOLU: 13^a, 2, e);
- as normas para determinação das compensações a pagar pelos proprietários cujas operações de loteamento não impliquem a realização de obras de urbanização (Idem: 16^a, 6); etc.

Ao ignorar a existência e as potencialidades dos regulamentos municipais de construção - ou melhor dito, dos *regulamentos municipais de edificação e urbanização* - o legislador perdeu uma oportunidade para sistematizar e tipificar uma figura que poderia contribuir para o aligeiramento do processo de licenciamento de obras particulares, que continua sobrecarregado pelos pareceres de inúmeras entidades responsáveis por este ou aquele aspecto técnico particular. Ora, ao contrário do que deixariam supor as declarações segundo as quais os municípios alcançariam a sua plena autonomia urbanística com a ratificação do respectivo PDM, verifica-se que a existência deste instrumento não é considerada suficiente para dispensar as múltiplas formas de *autorização prévia de localização* de diversos tipos de empreendimentos (cf. LMOP: 49^a). Isto poderá significar que aos regulamentos dos futuros PDMs apenas será dado estabelecer uma disciplina muito superestrutural das operações urbanísticas, já que, por exemplo, a localização das grandes superfícies comerciais, continuará a depender da decisão do Governo.

Em todo o caso, neste ponto e para salvaguarda da autonomia urbanística dos municípios seria conveniente que a nova legislação acolhesse princípio ao que serviu de base à descentralização do urbanismo francês: as comunas só estão obrigadas ao cumprimento das prescrições e procedimentos técnicos previstas em lei ou decreto que a regulamente e reunidas num código respeitante à tutela técnica de diversos interesses, incluindo o urbanismo (*Loi du 2 mars 1982 relative aux droits et libertés des communes, des départements et des régions*: 90).

Aproximação à Europa Comunitária?

O défice de autonomia urbanística dos municípios deve ser cruzado com o que acima ficou dito, quer sobre o enclausuramento territorial dos PPs municipais, quer sobre o divórcio existente entre os regimes de planeamento de pormenor a que estão submetidos os particulares e os municípios. Todas estas circunstâncias apontam inexoravelmente para aquilo que porventura constituirá um dos aspectos mais controversos da recente reforma: a dilatação dos prazos para licenciamento das obras particulares, distendidos a um ponto que não encontra paralelo em países que hoje constituem referência obrigatória para Portugal (Quatro 3). Com efeito, sem o contributo de um planeamento de pormenor autorizado a acorrer a todas as áreas onde é necessário ordenar a edificação e capaz de dar forma às legítimas expectativas dos proprietários, apenas resta garantir a disciplina urbanística das iniciativas particulares mediante uma penosa e desfocada apreciação dos projectos, tendencialmente discricionária, dada a situação difusa em que se encontram os regulamentos locais e, forçoso é dizê-lo, estruturalmente pouco democrática, dada a distância que separa o cidadão dos regulamentos aprovados a nível regional ou nacional.

Em sentido precisamente inverso caminha a Europa Comunitária, onde é regra subordinar o licenciamento a PPs, o único instrumento de planeamento que garante aos proprietários uma definição clara dos seus direitos de edificação e aos arquitectos uma explicação clara das normas urbanísticas que condicionam o desenvolvimento dos seus projectos. Para citar um caso extremo, recorde-se que na Holanda, e desde a lei urbanística de 1901, os municípios estão obrigados a aprovar planos de pormenor para todas as áreas não edificadas, princípio que, retomado nas reformas de 1962 e de 1985, explica a presente situação: praticamente todo o território nacional se encontra coberto por planos de ocupação do solo, elaborados a grandes escalas (1/1000 ou 1/5000).

Votos para 1992

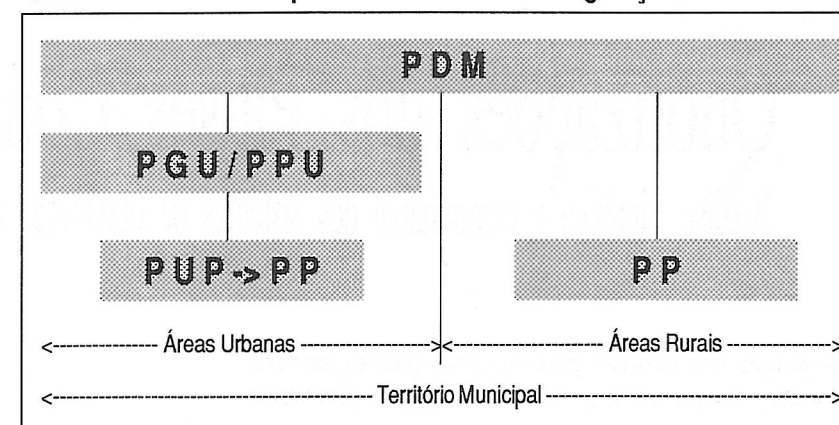
Em matéria de urbanismo, a distância que nos separa da Europa Comunitária é suficientemente grande para ter de ser vencida com o contributo de todos. Contudo, é justo exigir um

maior esforço aos que têm tirado partido da inexistência de qualquer mecanismo legal que incida sobre as mais-valias fundiárias e as recupere para a comunidade, para que esta, por sua vez as possa redistribuir por aqueles que vêem os seus direitos de edificação limitados pelo planeamento e por aqueles que nem ao menos esses direitos possuem. Trata-se ao fim e ao cabo, de respeitar o princípio da igualdade consagrado no texto constitucional e, simultaneamente, de criar condições para que o urbanismo seja um factor de coesão social.

O novo regime de loteamento passa ao lado da anterior questão, adoptando a postura tradicional de uma legislação que ignora a mola real da transformação do território e que, desde 1976, ainda não encontrou alento para aplicar o princípio da igualdade ao planeamento urbanístico. Esta circunstância faz recear que a anunciada Lei de Bases do Ordenamento do Território - precisamente porque, em vez de fundamentar, se propõe culminar a reforma do urbanismo - consolide uma situação passível de crítica à luz de um dos princípios que regem o Estado de direito. Felizmente, na anterior legislatura o Partido Socialista apresentou um projecto de *Lei de Bases sobre o Regime Urbanístico do Solo e Planeamento Municipal* (Projecto de Lei nº 421/V, de 21 de Setembro de 1989) que contempla o encargo de mais-valia (75%) e que reconhece aos proprietários o "direito a uma compensação quando o regime urbanístico do solo estabelecido pelo município imponha ao exercício do direito da propriedade restrições equivalentes a uma expropriação" (6^a, 6).

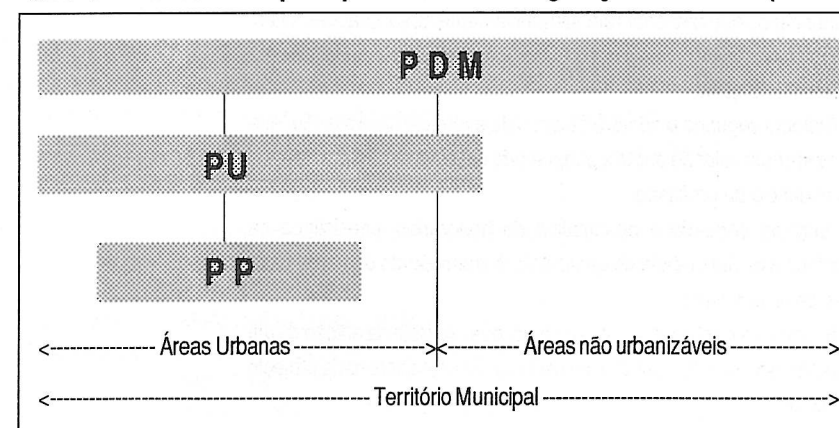
Parecem pois reunidas as condições políticas para, finalmente, conferir ao planeamento urbanístico português a base de legitimidade que lhe tem faltado. Que esta expectativa se cumpra no próximo ano é o nosso voto, esperando que 1992 venha a ser recordado como o primeiro ano de um novo urbanismo.

Quadro 1: Planos Municipais antes da reforma da Legislação Urbanística



PDM - Plano Director Municipal (DL 208/82); PGU/PPU - Plano Geral ou Parcial de Urbanização (DL 560/71); PUP - Plano de Urbanização de Pormenor (DL 560/71); PP - Plano de Pormenor (DL 208/82: 29^a, 2)

Quadro 2: Planos Municipais após a reforma da Legislação Urbanística (DL 69/90)



Quadro 3: Prazos de Licenciamento em Portugal e noutros países da Europa Comunitária

PAÍSES	MESES SEMANAS	1	2	3	4	5	6	7	8
		...	...	...	...	...	...	...	...
PORTUGAL *	PP / AL / PU: 150 D PDM: 180 D sem PMOT / AL: 225 D								
DINAMARCA	Legal: não fixado Real: 2/4 S	>>>							
HOLANDA	Legal: 2/4 M Real: 2 M								
INGLATERRA	Legal: 8 S Real: -8/+13 S								
FRANÇA	Legal: 2 M Real: 2/5 M								
ALEMANHA	Legal: não fixado Real: 3 M								

Fontes: DL 445/91 e Department of the Environment (1989), *Planning Control in Western Europe*, HMSO, pp. 430-1

* Prazos contados sem a informação prévia, sem o saneamento do processo, sem o certificado de conformidade, sem o pedido de elementos pelas entidades consultadas, sem o tempo de elaboração e apresentação dos projectos das especialidades e sem o tempo dos correios.

Numa altura em que o valor das quotas para a AAP vai sofrer alterações, entende-se ser oportuno apresentar, em traços gerais, a situação existente nas nossas congéneres comunitárias tendo, naturalmente, em atenção a realidade sócio-económica portuguesa. Não é intenção deste trabalho comparar valores de quotização entre os países comunitários. Tal é manifestamente impossível devido às grandes assimetrias existentes entre eles e à disparidade dos dados disponíveis. O que se torna relevante é analisar os diferentes tipos de sistema, de forma a que se chegue a conclusões acerca do qual o mais adequado para o caso português. Podemos aquilatar as grandes assimetrias regionais pela análise do quadro seguinte, onde são expostos alguns indicadores económicos dos países comunitários.

Quotizações dos Países Comunitários

Análise sintética e comparativa dos sistemas de quotização nos países da CEE

As diferenças entre os países comunitários são gritantes, sendo de referir que, no relatório OCDE 1990/1991, o nosso Produto Interno Bruto em 1989 apenas superava o da Irlanda e do Luxemburgo, países com um volume populacional muito inferior ao Português.

Sistemas de quotização

Podemos definir 4 tipos de sistemas de quotização entre os países comunitários que responderam afirmativamente às solicitações feitas:

- Sistema de quota fixa, que consiste num pagamento anual de uma determinada quantia;
- Sistema segundo o número de anos de exercício da profissão, que consiste num valor de quota a pagar tendo em conta o número de anos de exercício da profissão;
- Sistema segundo o quantitativo de honorários, consistindo na existência de uma tabela de quotização contemplando diversos escalões de rendimentos;
- Sistema de quota fixa + % do projecto, que consiste na adição de um determinado valor fixo anual a um dado quociente sobre cada projecto realizado.

Eis uma breve caracterização de cada um deles:

a) Sistema de quota fixa

Portugal, Holanda e Irlanda, dispõem de uma quota fixa para os seus associados, embora tenham em atenção algumas nuances (sócios estrangeiros, arquitectos em início de carreira, arquitectos em exames para o exercício da profissão, etc.).

O seu princípio básico é: 1 sócio = X quota. A sua aplicação organizativa é simples e linear.

A título meramente exemplificativo, tendo sempre em conta as assimetrias regionais, refira-se que aos 12.000\$00/ano pagos por cada sócio da AAP, são contrapostos 455 florins (35.074\$00) na Holanda e 216 libras (50.145\$00) na Irlanda.

b) Sistema segundo o número de anos de exercício da profissão

Este sistema é subscrito pela Inglaterra, onde, como a sua designação indica, o valor da quota é apurado consoante o número de anos de exercício profissional da Arquitectura. Os valores das quotas oscilam entre as 75 libras (19.143\$00), para os arquitectos do 1º ano de exercício, e as 200 libras (51.048\$00) para quem exerça a profissão há mais de 15 anos.

A quota mais alta corresponde sensivelmente a 1% do vencimento médio de um arquitecto assalariado do sector privado, sendo um sistema pouco dispendioso para os arquitectos.

c) Sistema segundo o quantitativo de honorários

Em França e no Luxemburgo, a quotização tem por base a declaração de rendimentos do ano anterior. Os associados preenchem uma declaração onde assinalam o escalão de rendimentos onde se situam, à qual corresponderá uma determinada quota. Existe também distinção entre os arquitectos que exercem a profissão de uma forma liberal, os assalariados do sector privado e os funcionários públicos.

No Luxemburgo, os assalariados do sector privado e os funcionários públicos pagam uma quota fixa, correspondendo esta a 50% da quota mínima a pagar pelos profissionais liberais. O valor da quota a aplicar aos honorários dos profissionais liberais é encontrado através dum coeficiente decrescente cujo índice máximo é de 1,6%, para os arquitectos com menos proveitos financeiros, diminuindo até aos 0,07% para os profissionais que apresentem maiores dividendos. Todavia, note-se que estamos a falar de números bastante altos que se situam entre os 42.100\$00 e os 867.260\$00!

No entanto refira-se que o Luxemburgo surge como um caso muito "sui generis". Este pequeno Grão-Ducado dispõe de um sistema fiscal bastante favorável para o contribuinte, o que atrai a sediação de grandes sociedades internacionais no seu espaço territorial. Por seu lado, o sistema francês é mais oneroso em termos relativos. Partindo do coeficiente de 1,2% para os escalões mais baixos, chega a atingir os 3,2% no topo dos rendimentos, sendo a sua indexação crescente, ao critério da sua congénere luxemburguesa. Os valores praticados oscilam entre os 15.000\$00 e os 818.880\$00, para o escalão mais elevado, que reporta a rendimentos elevadíssimos.

ALGUNS INDICADORES ECONÓMICOS DOS PAÍSES COMUNITÁRIOS

1989	DINAMARCA	ALEMANHA	LUXEMBUR.	FRANÇA	HOLANDA	BÉLGICA	ITÁLIA	REI.UNIDO	IRLANDA	ESPAÑA	GRÉCIA	PORTUGAL
SUP.TOTAL (mil Km²)	43	248,6	2,586	549,1	41,9	30,5	301,3	241	70	504,8	132	91,8
POPULAÇÃO (milhares)	5130	61451	375	55873	14760	9879	57441	57065	3538	38996	10016	10305
P.INT.BRUTO (milh. EU\$)	107,3	1203,2	6,6	949,9	228,2	150	828,9	822,4	32,5	340,1	52,5	43,9
REND. PER CAPITA (EU\$)	20926	19581	17592	17002	15461	15180	14430	14413	9182	8722	5244	4265
POP.ACTIVA (milhares)	2595	29767	174,8	24314	4814	4126	23988	26021	1120	12258	3671	4676
EXPORTAÇÕES (% do PIB)	33	32,8	-	23,3	45,4	48,8	18,1	24	77	37	28,9	37,2
IMPORTAÇÕES (% do PIB)	30	27	-	23,1	43,8	49	18,5	28	66	59,5	34,2	46,4

SISTEMAS	CARACTERÍSTICAS	VANTAGENS	INCONVENIENTES
QUOTA FIXA	- Todos contribuem com o mesmo montante; - Não distingue profissionais liberais, assalariados privados e públicos; - Quotas baixas.	- Envolve práticas administrativas simples.	- Arquitectos com rendimentos elevados contribuem de uma forma pouco significativa para a defesa da classe; - Pouco rentável.
Nº ANOS EXERCÍCIO PROFISSÃO	- Contributo difere consoante o número de anos de exercício da profissão; - Não distingue profissionais liberais, assalariados privados e públicos; - Quotas baixas.	- Beneficia arquitectos nos primeiros anos de carreira; - Envolve práticas administrativas simples.	- O número de anos de exercício da profissão pode não ser proporcional a um acréscimo de rendimentos; - Pouco rentável.
% HONORÁRIOS	- Contributo difere consoante declaração de rendimento do ano anterior; - Existe distinção entre profissionais liberais, assalariados privados e públicos; - Quotização é proporcional aos honorários.	- Arquitectos com maiores rendimentos, contribuem mais para a dignificação da classe; - Muito rentável para o órgão representativo da classe, possibilitando grande poder de intervenção política e social; - Envolve práticas administrativas simples.	- Pode onerar de forma significativa os honorários dos arquitectos.
QUOTA FIXA + % PROJECTO	- É constituído por uma quota fixa (embora no caso belga seja sujeita a pequenos ajustes em relação ao número de anos de exercício da profissão) e por um dado coeficiente sobre cada projecto apresentado; - Não distingue profissionais liberais, assalariados privados e públicos;	- Arquitectos com maior carteira de projectos, contribuem de uma forma mais significativa; - Muito rentável para o órgão representativo da classe, possibilitando grande poder de intervenção política e social.	- Envolve práticas administrativas complexas; - Onera de uma forma significativa os honorários dos arquitectos.

d) Sistema quota fixa + % projecto

A Bélgica e a Espanha dispõem de sistemas bastante peculiares. São constituídos por quotas fixas, embora no caso belga se proceda a alguns ajustes protegendo os arquitectos em início de carreira e os reformados, e por um dado coeficiente dos projectos.

No caso belga as obras são catalogadas em 5 categorias, consoante a sua complexidade. A cada uma destas categorias, por sua vez, corresponde um dado coeficiente que reverte para a respectiva ordem.

No caso espanhol, uma percentagem do visto que se situa entre 2 e os 3% dos ho-

norários totais, reverte para os colégios. Por outro lado, os colégios também recebem a percentagem do informe urbanístico e a taxa de arquivo dos projectos, determinados pelos projectos em causa, sendo pagos pelos clientes.

Este sistema do ponto de vista das receitas é o mais rentável, permitindo uma grande intervenção sócio-económica da classe.

O segundo quadro pretende sintetizar as características principais, vantagens e inconvenientes dos sistemas neste trabalho, sinteticamente, expostos.

Este artigo pretende expôr sucintamente o que se pratica em termos de quotização nas congéneres comunitárias da AAP. Se o assunto for do seu interesse, contacte o CDN da AAP, onde lhe facultarão elementos adicionais aos expostos no presente artigo.

Assembleia Geral Nacional aprova Relatório e Contas de 1990 e aumento de quotas para 1992

Realizou-se no passado dia 28 de Novembro na Biblioteca da Sociedade Nacional de Belas Artes a Assembleia Geral Nacional Ordinária para a aprovação do Relatório e Contas referentes ao exercício de 1990. Na oportunidade e de acordo com o estabelecido na agenda da Reunião constante da convocatória enviada a todos os associados, foi também discutida e aprovada uma proposta do Conselho Directivo Nacional para aumento das quotas a pagar pelos associados em 1992. Em relação ao primeiro ponto e dada a sua extensão não nos é possível reproduzir o texto do relatório e as contas, os quais podem ser consultados pelos interessados na Sede Nacional da AAP. Em relação ao segundo ponto publica-se a proposta aprovada na íntegra:

Proposta-Fixação do valor de quota a pagar pelos associados a partir de 01.01.92

Considerando a importância de uma participação activa da AAP nos organismos europeus de arquitectos nomeadamente o CAE e o Comité Consultivo, em vésperas da criação do Mercado Único Europeu a par da recente assunção por parte da AAP da representação portuguesa junto da UIA;

Considerando que a participação nos referidos organismos implica um acréscimo substancial das despesas do órgão nacional, quer quanto às quotas anuais, quer quanto às despesas de deslocação dos delegados;

Considerando que o reforço e profissionalização da estrutura orgânica da AAP em particular ao nível do CDN, indispensável ao seu bom funcionamento, implica também um aumento substancial das despesas; Considerando que tal como recomenda o Conselho Fiscal Nacional no seu parecer sobre o Orçamento de 1991 as despesas correntes devem ser cobertas pelas receitas correntes;

Considerando que o Regulamento sobre "Inscrição, Quotas e Registo na AAP aprovado em Julho de 1988 com parecer favorável do Conselho de Delegados estipula no seu Artº 8º que a quota anual será calculada com base aproximada na percentagem de 1% sobre o vencimento bruto anual de um arquitecto na categoria de segunda classe ao serviço do Estado", valor que corresponde actualmente a Esc.21.380\$00;

Considerando que a actualização da quota imediatamente para este valor sendo embora justificada face ao aumento de despesas referidas corresponderia a um aumento de quase 100% num único ano o que se considera demasiado brusco;

PROPÕE-SE:

1. Que nos termos da alínea g) do Artº 17º do Estatuto da AAP, o valor da quota anual seja fixado em Esc. 16.000\$00, com efeito a partir de 1 de Janeiro de 1992;
2. Que o estipulado no Artº 8º do Regulamento sobre "Inscrição, Quotas e Registo na AAP" acima referido, nomeadamente a indexação anual do valor da quota a 1% do salário bruto anual de um arquitecto de 2ª classe da Função Pública seja posto em prática a partir de 1 de Janeiro de 1993.
3. Que o CDN reveja o referido Regulamento no sentido de se estabelecer um alargamento do período de redução no montante da quota actualmente já em vigor para os Arquitectos em início de carreira e os que cessaram a actividade com efeitos também a partir de 1993.
4. Que a percentagem do valor das quotas que cabe ao Conselho Directivo Nacional actualmente de 25% seja aumentado para 30%.

Plano de actividades do CDN para 1992

O Plano de Actividades do CDN para 1992, último ano do mandato da actual direcção nacional tem como preocupação fundamental consolidar o trabalho desenvolvido nos dois anos anteriores, dentro dos objectivos gerais fixados no Programa Eleitoral.

Assim, no plano interno, e tendo como pano de fundo a realização do 6º Congresso, manter-se-á a preocupação do reforço das estruturas de apoio ao CDN no sentido de uma melhor capacidade de resposta do órgão nacional às várias solicitações.

No plano externo reforçar-se-á o trabalho junto do Governo no sentido da revisão da legislação que enquadra a actividade profissional dos arquitectos de acordo com os pontos de vista já anteriormente defendidos em particular em relação ao licenciamento Municipal (166/70) e à regulamentação do exercício da profissão (Lei da Arquitectura).

Por outro lado reforçar-se-á também a participação nos organismos internacionais de arquitectos, em particular o Conselho Europeu de Arquitectos e o Comité Consultivo, tendo em atenção que o enquadramento legal da profissão se vai colocar cada vez mais não a nível nacional mas europeu.

São as seguintes as actividades a desenvolver por cada pelouro, organizadas por prioridades:

1. ORGANIZAÇÃO INTERNA

1.1. Preparação do 6º Congresso a realizar em Lisboa na 2ª quinzena de Junho, em colaboração com a Secção Regional do Sul.

1.2. Reforço e consolidação das estruturas técnicas e administrativas de apoio do CDN.

2. PRÁTICA PROFISSIONAL

2.1. Intervenção no processo de revisão do Decº Lei 166/70 sobre licenciamento municipal no sentido de serem tidas em consideração as reservas levantadas pelas AAP em relação à primeira versão.

2.2. Exigência junto do Governo da representação legal do Exercício da Profissão com base em projecto de diploma oportunamente apresentado.

3. URBANISMO E PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

3.1. Realização de um Encontro e exposição sobre o desenho urbano, em Outubro.

3.2. Acompanhamento da actividade legislativa do Governo na área do planeamento urbano e ordenamento do território.

4. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

4.1. CONSELHO DOS ARQUITECTOS DA EUROPA (CAE)

4.1.1. Reforço da participação da AAP no Conselho de Arquitectos da Europa quer nas reuniões do Conselho Executivo e Assembleia Geral, quer nos grupos de trabalho;

4.2. COMITÉ CONSULTIVO

4.2.1. Garantir uma participação activa no Comité Consultivo para a formação no Domínio da Arquitectura, em particular nos trabalhos da revisão da Directiva, a ter início em 1992.

4.3. CIALP

4.3.1. Desenvolvimento da actividade do Conselho Internacional dos Arquitectos de Língua Portuguesa (CIALP).

4.4. U.I.A.

4.4.1. Relançamento da actividade da UIA em Portugal;

4.4.2. Realização da reunião de Presidentes da Região I (Europa), em Lisboa;

4.4.3. Preparação da participação portuguesa no Congresso de Chicago em 1993;

4.4.4. Reactivação da participação portuguesa nos grupos de trabalho UIA.

4.5. CIANA

4.5.1. Realização no Porto, em Setembro, da Assembleia Geral e Congresso Ibero-Americano de Arquitectos.

5. FORMAÇÃO E ENSINO

5.1. Estabelecimento de uma comissão permanente com representantes das Escolas, públicas e privadas, de Arquitectura e da Associação, para análise conjunta dos problemas da formação e inserção profissional;

5.2. Início de contactos para a criação de um Instituto para a formação de pós-graduação no ensino da arquitectura e urbanismo.

6. INICIATIVAS CULTURAIS

6.1. Lançamento dos Prémios Nacionais de Arquitectura com base em novo regulamento pré-elaborado.

6.2. Participação na XVIII Trienal de Milão como representante oficial de Portugal.

6.3. Conclusão da exposição e arquivo da Arquitectura Popular dos Açores e viabilização da edição do livro.

7. PUBLICAÇÕES

7.1. Reforço da equipa do J.A. e melhoria geral do seu conteúdo e arranjo gráfico;

7.2. Publicações de uma brochura com os Estatutos da AAP e documentação complementar.

Lisboa, Novembro de 1991
Conselho Directivo Nacional

ORÇAMENTO PARA 1992

PROVEITOS	ADMINIST.	JORNAL ARQUITECT	ARQUITECT POPULAR	PUBLICAÇÕES	NOVAS PUBLICA.	RELAÇÕES INTERNAC.	CURSOS E ENCONTROS	CONGRESSO DE 1992	TOTAL
VENDAS									
41 Publicações		850	4,200	120					5,170
PREST. SERVIÇOS									
42 Listas	1,000								1,000
43 Publicidade		29,000							29,000
44 Outras									0
SUBSIDIOS									
45 Patrocínios							1,000	6,500	7,500
46 Subsídios									0
ASSOCIATIVAS									
47 Quotas	18,050								18,050
FINANCEIROS									
48									0
TOTAL	19,050	29,850	4,200	120	0	0	1,000	6,500	60,720

ORÇAMENTO PARA 1992

TOTAIS DO ORÇAMENTO	ADMINIST.	JORNAL ARQUITECT	ARQUITECT POPULAR	PUBLICAÇÕES	NOVAS PUBLICA.	RELAÇÕES INTERNAC.	CURSOS E ENCONTROS	CONGRESSO DE 1992	TOTAL
CUSTOS									
31 Form. Serv. Externos	8,700	21,200	0	0	0	4,000	0	0	33,900
32 Pessoal	14,000	4,600	0	0	0	0	0	0	18,600
34 Outros Custos	250	0	0	0	750	970	0	0	1,970
TOTAL DE CUSTOS	22,950	25,800	0	0	750	4,970	0	0	54,470
PROVEITOS	19,050	29,850	4,200	120	0	0	1,000	6,500	60,720
SALDO EXPLORAÇÃO	(3,900)	4,850	4,200	120	(750)	(4,970)	1,000	6,500	6,250

BANHOS S. PAULO - ORÇAMENTO GLOBAL

CUSTOS	
Projecto	15.000 contos
Orçamento de Obra	200.000 c.
	215.000 c.
PROVEITOS	
Comparticipação do Estado (PIDAC)	100.000 c.
Subsídio MOPT	2.000 c.
Subsídio D.G.E.	500 c.
Subsídio Fundação C. Gulbenkian	7.500 c.
Lucro de Mostra de Materiais	1.000 c.
COMPARTICIPAÇÃO DE:	
Membros Correspondentes	5.000 c.
Clube Arquitectura BSP (17x4.500)	76.500 c.
TOTAL	192.500 c.
Financiamento a suprir	17.500 c.
	215.000 c.

* Este orçamento não inclui o Ar Condicionado (oferecido pela FNAC), mobiliário e equipamento

CDN - ORÇAMENTO FINANCEIRO 1992

Saldo de Exploração 1992	6.250c.
Juros empréstimo BESCL (22,5%)	- 1.125c.
Reembolso empréstimo BESCL	- 5.000c.
SALDO FINANCEIRO	125c.

CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL



COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL E ALUMÍNIOS, LDA.

DIVISÓRIAS AMOVÍVEIS
TECTOS FALSOS
BIOMBOS
PORTAS DE FOLE
REVESTIMENTO DE PAREDES



SIEMENS - ALFRAGIDE



INSTITUTO DA JUVENTUDE - LISBOA



SILOPOR EM LISBOA



SALÃO DE EXPOSIÇÃO DA EURODIVISAL



PORTGEST - SETÚBAL

REPRESENTANTES EXCLUSIVOS: TECTOS FALSOS **DAMPAC** E PAINÉIS AMOVÍVEIS **hüppe**

SERVIÇOS COMERCIAIS: RUA MAESTRO PEDRO FREITAS BRANCO, 23-25 1200 LISBOA

TELEF. 396 92 65 - 60 91 30 TELEX 14313 EURODI P TELEFAX 67 71 51

Actividades e Orçamento para 1992 Parecer do Conselho Fiscal Nacional

O Plano de Actividades do CDN para 1992 representa substancialmente a continuação da linha de acção vinda dos anos anteriores, em cumprimento do proposto aos associados no Programa Eleitoral.

Verifica-se a intenção de prosseguir o conjunto de acções destinadas a assegurar a defesa da actividade profissional dos arquitectos através da revisão dos aspectos jurídicos actualmente insatisfatórios; a intenção de continuar as acções que se designam à projecção pública da classe profissional; as acções destinadas às relações internacionais através sobretudo da presença e participação nas organizações profissionais (CIALP, CIANA, UIA, CAE); a preparação do 6º Congresso; acções de formação profissional.

Estas actividades propostas, além do funcionamento administrativo corrente da Associação, fundamentam o Orçamento proposto para 1992.

O Orçamento apresentado pelo CDN para 1992 tem um carácter incremental, baseado nos resultados efectivamente verificados durante o primeiro semestre de 1991, quando às contas da Administração, e a outras verbas que correspondem a acções continuadas. Tal prática incrementalista justifica-se pela dificuldade de elaborar um orçamento de base zero, dada a ainda muito recente implementação de uma contabilidade eficaz e legível na AAP e consequente dificuldade de encontrar parâmetros indicadores desagregados, suficientemente viáveis.

O Orçamento mostra-se assim equilibrado e viável, traduzindo com naturalidade a prossecução dos objectivos propostos quando da eleição dos actuais Corpos Sociais.

Em anexo ao Orçamento da AAP é apresentado o Orçamento relativo ao empreendimento da Sede nos Banhos de S. Paulo (ver pág. 41). O carácter relativamente autónomo deste empreendimento aconselha este destaque. A consideração do Orçamento para este empreendimento mostra que ela corresponde ao faseamento provável do processo e à previsão das verbas disponíveis.

Nestas condições, propõem-se a aprovação do orçamento para 1992 do CDN, com o seu anexo relativo aos Banhos e S. Paulo.

Sistema de informação materiais e serviços para a construção civil

Vem sendo enviada para as revistas de construção, informação sobre o trabalho que a AAP-Secção Regional Sul - vem desenvolvendo no sentido de organizar um sistema de informação sobre materiais e/ou elementos e serviços para a construção civil, a fim de o divulgar junto das empresas ligadas à construção e à produção e comercialização destes materiais.

Para esta tarefa a AAP contou com a boa colaboração de todos os interessados, a fim de que se possa usufruir de informação sistematizada sobre uma temática de tão grande interesse para a construção civil.

Neste jornal 106 e nos jornais 101, 102, 103/4 e 105 temos vindo a publicar fichas das empresas que vão aderindo ao sistema.

ESCRIMÓVEL-EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO, LDA	
Nome da Empresa	
Sede	Estrada Serra da Mira, 24-A 2700 Amadora
Morada da Produção	Póvoa de S. Adrião
Morada da Comercialização	Amadora - Setúbal
Tipo de actividade	Comércio e serviços
Ramo ou sector	Mobiliário de escritório
Tipo de materiais e/ou elementos e/ou serviços	Mobiliário e organização de escritório
Marcas que a empresa representa ou comercializa ou fabrica	ESCRIMÓVEL, KEMEN

IMPAR	
Nome da Empresa	
Sede	Verdelhão - Aveiro
Morada da Produção	Idem
Morada da Comercialização	Idem
Tipo de actividade	Produção
Ramo ou sector	Madeiras
Tipo de materiais e/ou elementos e/ou serviços	Parquetes, lamparquetes, taco e soalhos
Marcas que a empresa representa ou comercializa ou fabrica	IMPAR

NORCAVI - Com. Bens e Equipamento, Lda	
Nome da Empresa	
Sede	Rua Vale Formoso, 27-A/B 1900 Lisboa
Morada da Produção	Idem
Morada da Comercialização	Idem
Tipo de actividade	Chapa zincada
Ramo ou sector	Divisórias amovíveis
Tipo de materiais e/ou elementos e/ou serviços	Divisória amovível
Marcas que a empresa representa ou comercializa ou fabrica	NORCAVI

SOPAC, LDA	
Nome da Empresa	
Sede	2870 Montijo
Morada da Produção	Idem
Morada da Comercialização	Idem
Tipo de actividade	Fabricação aglomerado e regranulado negro, cortiça.
Ramo ou sector	Cortiças
Tipo de materiais e/ou elementos e/ou serviços	Isolamentos térmicos, acústicos e vibráticos
Marcas que a empresa representa ou comercializa ou fabrica	SOPAC, Tel. 01 2300114

SOTÉCNICA-Sociedade Electrotécnica, S.A.	
Nome da Empresa	
Sede	Rua do Vale de Pereiro, 8
Morada da Produção	S. Julião do Tojal
Morada da Comercialização	Rua do Vale de Pereiro, 8
Tipo de actividade	Electrotecnia-equipamentos eléctricos e montagens eléctricas
Ramo ou sector	Eléctrico
Tipo de materiais e/ou elementos e/ou serviços	Sistemas de iluminação e montagens eléctricas
Marcas que a empresa representa ou comercializa ou fabrica	FERSINA

TEKA PORTUGUESA-Equipamentos de Cozinha, Lda	
Nome da Empresa	
Sede	Estrada da Mota-Gafanha da Encarnação-lhavo
Morada da Produção	Idem
Morada da Comercialização	Idem
Tipo de actividade	Produção
Ramo ou sector	Metalurgia. Equipamentos de cozinha
Tipo de materiais e/ou elementos e/ou serviços	Lava-louças, exaustores, placas, fornos micro-ondas, fogões, frigoríficos, máquinas lavar louça e roupa, torneiras misturadoras de cozinha
Marcas que a empresa representa ou comercializa ou fabrica	TEKA



Sotécnica

Atrium Forbo-Nairnflair



Forbo

M. S.
PORTO

PERGOL

Rua D. Estefânia, 163-C — 1000 Lisboa
Telef.: 54 60 10

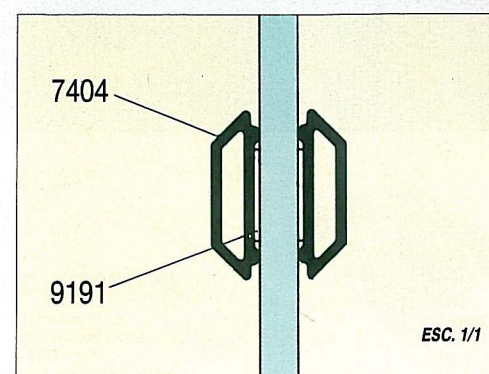
**segurança
e conforto não é
uma questão de sorte**



LINHAS AEREAS DE ANGOLA
ANGOLA AIRLINES

O TRADICIONAL TAMBÉM É POSSÍVEL!...
...com o Alumínio

TECHNAL®



A vocação do alumínio para uma estética de vanguarda, não contradiz a sua capacidade de se adaptar aos estilos tradicionais, renovando-os sem os atraiçoar. O **Perfil Decoração**, na gama de cores da paleta **TECHNAL**, é bem o exemplo desta ductibilidade, restituindo a uma janela, irresistivelmente, a sua harmonia clássica.

Estamos à altura das suas boas ideias

Estética e Técnica. Tradição e Inovação.
Estes são valores à primeira vista antagónicos. Mas, na ARGIBETÃO
acreditamos na sua combinação harmoniosa. Fabricamos
telhas com as mais sofisticadas técnicas mas segundo
os valores estéticos tradicionais.

Utilizamos materiais de características sólidas e
resistentes ao clima das diversas regiões, mas
adaptados aos mais distintos estilos
arquitectónicos. Por mais elevados
que sejam os seus voos criativos
estamos certos de estar à altura.



ARGIBETÃO. Queremos ajudá-lo a concretizar as suas boas ideias.

Telha Latina Regional



Telha
Latina
Argilusa



Telha
Latina
Argilusa
Rústica



Telha
Latina
Ardósia



Telha
Latina
Cerâmica
Rústica



Av. Fontes Pereira de Melo, 19-5.º
1098 Lisboa Codex — Tel. (01) 54 71 54
Telex 14503 — Fax (01) 57 95 17
Fábricas em: Ovar, Cartaxo, Braga e Azeitão.